



Revista
Academic Research

FAP

Revista Semestral – Volume 6, Nº 12, ago/dez de 2020

15
anos

Construindo o
Ensino Superior
de Qualidade na
Região do Baixo
Parnaíba!

CRESU
Centro Regional de Ensino Superior Arno Kreutz Ltda

F
A
P

COMISSÃO EDITORIAL

Mariana Corrêa Soares Muniz
Letícia Maisa da C. M. de Carvalho
Raimunda Nonata Fortes Braga

COMITÊ DE REDAÇÃO

Mariana Corrêa Soares Muniz
Letícia Maisa da C. M. de Carvalho
Diwlay Bacelar Marinho

SECRETÁRIA

Janaína Mascarenhas de Oliveira

CONSELHO EDITORIAL

Prof.º Dr. Casemiro de Medeiros Campos - FAP

Doutor em Educação – UFC/CE

Prof.º Dr. Cláudio Gonçalves da Silva - UFMA

Doutor em Agronomia/Entomologia Agrícola – UFLA/MG

Prof.ª Ma. Francinalda Araújo e Silva - FAP

Mestra em Desenvolvimento Humano – UNITAU/ SP

Prof.ª Ma. Mariana Corrêa Soares Muniz

Mestra em Políticas Públicas – UFMA/MA

Prof.ª Ma. Raimunda Nonata Fortes Braga - FAP

Mestra em Desenvolvimento Humano – UNITAU/ SP

PROGRAMAÇÃO VISUAL / DIAGRAMAÇÃO / CAPA

Raimunda Nonata Fortes Braga

José Victor Mesquita Moraes

NORMALIZAÇÃO

Rayssa Cristhália Viana da Silva

FAP Academic Research / Faculdade do Baixo Parnaíba. v. 6, n. 12,
(ago./dez. 2020) – Chapadinha- MA, 2020.

v. 6, n. 12, (ago./dez. 2020)
Semestral

ISSN 2446-8312

1. Educação Superior – Periódicos. I. Faculdade do Baixo Parnaíba. II.
Título.

CDU 378(051)

Elaborada pela Bibliotecária Rayssa Cristhália Viana da Silva – CRB-13/904

EDITORIAL

A *FAP Academic Research* é um periódico editado e organizado pela Faculdade do Baixo Parnaíba (FAP), instituição de educação superior localizada no município de Chapadinha, na região conhecida como Baixo Parnaíba e Alto Munim, no estado do Maranhão, Brasil. Além de cumprir o objetivo de constituir um veículo para a divulgação dos trabalhos de alta qualidade e rigor acadêmico produzidos pelo corpo docente e discente da FAP, o Periódico tem a missão de fazer avançar as trincheiras da consolidação da oferta de uma educação superior de qualidade e verdadeiramente emancipadora no interior do Maranhão.

Localizada no meio do semiárido maranhense, Chapadinha está rodeada por uma das regiões mais pobres do estado do Maranhão, por sua vez, um dos estados com os mais baixos Índices de Desenvolvimento Humano (IDH) do país. Nesse contexto, os desafios envolvidos na oferta de educação superior de qualidade, sobretudo, para uma instituição privada, não são poucos. Desde a frágil educação básica oferecida pelas escolas públicas locais, até as dificuldades econômicas de uma população de gente muito trabalhadora, mas muito explorada e aviltada de direitos fundamentais, acumulam-se as dificuldades apresentadas ao processo educacional na região.

Em tal cenário, a FAP acredita que somente uma educação que emancipe de maneira duradoura e sustentável pode dar sentido à continuação desse projeto, caso em que a pesquisa científica, contextualizada e consciente de sua qualidade política inerente, tem um papel fundamental a desempenhar. Mais do que profissionais tecnicamente qualificados para o mercado de trabalho, a FAP busca formar cidadão críticos e capazes de transformar as suas realidades e as daqueles a sua volta. É justamente esse processo de emancipação que pode ser muito favorecido pelas habilidades de pesquisadores, cuja função básica é a de tirar paradigmas do pano de fundo social, questioná-los e, se necessário desconstruí-los.

Contamos, portanto, com a colaboração de toda a comunidade acadêmica da FAP para enriquecer cada vez mais a produção científica séria e crítica desta IES. Da mesma forma, convidamos professores, estudantes e pesquisadores, desde a iniciação científica até o pós-doutoramento, a contribuírem com o periódico com seus trabalhos e pesquisas, a fim de fortalecer a missão de Davi contra Goliath que é esta de viabilizar a pesquisa e a emancipação pela educação no interior do Maranhão.

Os trabalhos devem ser enviados em arquivo eletrônico em word para <nupex@fapeduca.com.br> , incluindo:

- O corpo do artigo, com 7.000 a 10.000 palavras. As notas de rodapé devem ser, preferencialmente, curtas e objetivas, ao passo que as referências bibliográficas devem estar de acordo com o padrão ABNT;
- Breve biografia da autora ou do autor, com, no máximo, 50 palavras;
- Um resumo do artigo, respeitando o máximo de 150 palavras, incluindo palavras-chave que facilitem a catalogação bibliográfica.

Embora priorizemos trabalhos inéditos, subsidiariamente, poderemos aceitar trabalhos já publicados, que sejam de indiscutível relevância para a temática da Revista. Por sermos uma Faculdade que oferece majoritariamente cursos das Ciências Sociais Aplicadas, nosso foco está em artigos com temáticas relativas à Gestão da Educação, Políticas Sociais, Metodologias da Educação e Direitos Humanos, mas em função de nossa missão interdisciplinar, estimulamos o envio de trabalhos relacionados a outros temas, que possam, de alguma forma, ser correlatos.

Desde já, agradecemos a parceria.

Equipe editorial.

EDITORIAL	6
LITERATURA INFANTIL E OUTRAS LINGUAGENS: processo de recepção e formação de crianças leitoras	7
Aline Amaral da Silva	
Thaysa Gueyce Viana de Moraes	
Letícia Maísa da Costa Machado Matos de Carvalho	
OS IMPACTOS DA CONTRARREFORMA DO ESTADO NA POLÍTICA PREVIDENCIÁRIA E AS INCIDÊNCIAS NA ATUAÇÃO PROFISSIONAL DO ASSISTENTE SOCIAL	24
Anaria Kellen Góis Viana	
Hellen Cristinne Silva de Sousa	
Rute Nascimento dos Santos	
Ryane Pereira Lopes	
Sabrina Silva Costa	
Mariana Corrêa Soares Muniz	
AS CONSEQUÊNCIAS DA INFLAÇÃO LEGISLATIVA E DA INEFICÁCIA DAS LEIS NO ORDENAMENTO JURÍDICO BRASILEIRO	36
Alexandre Nunes Veras	
Cristhian Mateus Aguiar Pestana	
Rosália Cristina Sousa Calvagem	
Thiago Marques do Nascimento	
Wisney Emanuel Carvalho Sousa	
Rômulo Portela Lima	
INTERAÇÃO SOCIAL E SAÚDE MENTAL NO AMBIENTE DE TRABALHO	43
Rayssa Cristhália Viana da Silva	
AVALIAÇÃO DOS RESULTOS OBTIDOS NO TESTE DE TRIAGEM MONTREAL COGNITIVE ASSESSMENT (MOCA) EM DIFERENTES FAIXAS ETÁRIAS	57
Filipe Mycael Campos Silva	
Mírian Débora Rodrigues de Sousa	
Dannilo Jorge Escorcio Halabe	
Eliza Maria da Costa Brito Lacerda	
Cândida Helena Lopes Alves	

EDITORIAL

À medida que a Faculdade do Baixo Parnaíba, instituição responsável pela edição e publicação deste periódico, se aproxima de seu jubileu de 15 anos, sua vocação pela defesa da educação como ferramenta crucial para a emancipação de um povo consolida-se e evidencia-se através da produção acadêmica emanada de seu corpo docente e discente. Entretanto, neste mesmo período a FAP vem crescendo, expandindo o seu campo de atuação e diversificando os cursos em que oferece formação de nível superior de qualidade. Neste movimento, a produção acadêmica da Faculdade e o seu interesse pela produção acadêmica produzida por agentes de outras instituições de ensino e pesquisa vem se ampliando para além do âmbito das licenciaturas e adentrando o campo das ciências sociais, notadamente, tendo em vista vocação das demandas da região onde está inserida, as ciências sociais aplicadas.

Neste sentido, a FAP *Academic Research* passa gradativamente, a partir deste número, a refletir essa diversidade e interdisciplinaridade do conhecimento produzido no seio de sua comunidade acadêmica. Além dos artigos de praxe, que oferecem perspectivas arrojadas e fundamentadas a respeito dos temas prementes no campo da educação, passando pelo processo de ensino-aprendizagem de línguas estrangeiras, perfil dos profissionais na docência do ensino superior e gestão democrática em escolas públicas, este número traz ainda uma reflexão crucial para o nosso tempo, tanto jurídica quanto política acerca do atual estado de concentração da propriedade dos meios de comunicação no Brasil e a repercussão de tão concentração para a crise em nossa democracia.

A FAP *Academic Research* segue, assim, cumprindo sua missão de produzir e difundir conhecimento fundamentado e de qualidade oferecendo as necessárias pontes entre teoria e a realidade necessariamente conflituosa em que está inserida. Que possamos continuar contribuindo para o desenvolvimento e emancipação do povo do Baixo Parnaíba a partir do conhecimento.

A equipe editorial.

LITERATURA INFANTIL E OUTRAS LINGUAGENS: processo de recepção e formação de crianças leitoras

CHILDREN'S LITERATURE AND OTHER LANGUAGES: process of reception and formation of child readers

Aline Amaral da Silva¹

Thaysa Gueyce Viana de Moraes²

Orientador: Prof.^a Ma. Letícia Maísa da Costa Machado Matos de Carvalho³

RESUMO: A literatura infantil é peça fundamental na formação do cidadão leitor, é fonte de conhecimento e informação e possibilita através de diversos métodos e de forma prazerosa e lúdica que a criança se insira no mundo da leitura. Desta forma, o objetivo desta pesquisa foi investigar quais as contribuições da literatura infantil para a formação de leitores nos anos iniciais do ensino fundamental, visando o desenvolvimento intelectual e crítico. E analisa de que modo esta atividade é dirigida pelos docentes como método de recepção da leitura. O trabalho apresenta em sua organização as múltiplas linguagens que a literatura infantil abrange, enfatiza a importância do contato com o livro e também do ouvir e contar histórias no ambiente escolar, bem como a relevância da relação da criança com o livro desde da primeira infância por meio do professor como mediador de leitura. Utilizou-se como base teórica os autores; Cosson (2019), Dalvi; Faleiros; Rezende (2013), Frantz (2011), Freitas (2009), Lajolo; Zilberman (2007), Lauriti; Cristal (2013) Lakatos e Marconi (2013), Sousa (1996) entre outros. A pesquisa constitui-se como de campo e bibliográfica, em relação aos objetivos propostos da investigação, a pesquisa tem caráter explicativo e descritivo. Como instrumento de coleta de dados utilizou-se questionários aplicados a 04 (quatro) professoras do ensino fundamental. Por meio dos resultados obtidos desse estudo, destaca-se que a literatura infantil é uma fonte enriquecedora, instiga a curiosidade da criança pela leitura e os resultados são satisfatórios.

Palavras - chave: Literatura infantil. Formação de leitores. Leitura.

ABSTRACT: Children's literature is a fundamental part in the formation of the citizen reader, it is a source of knowledge and information and enables children to enter the world of reading through different methods and in a pleasant and playful way. Thus, the objective of this research was to investigate the contributions of children's literature to the formation of readers

¹ Graduada do Curso de Pedagogia da Faculdade do Baixo Parnaíba – FAP. E-mail: amaralinee@gmail.com

² Graduada do Curso de Pedagogia da Faculdade do Baixo Parnaíba – FAP. E-mail: vianathaysaviana@gmail.com

³ Mestre em Teoria Literária pela Universidade Estadual do Maranhão (UEMA), professora da Faculdade do Baixo Parnaíba (FAP).

in the early years of elementary school, aiming at intellectual and critical development. And it analyzes how this activity is directed by teachers as a method of receiving reading. The work presents in its organization the multiple languages that children's literature encompasses, emphasizes the importance of contact with the book and also of listening and telling stories in the school environment, as well as the relevance of the child's relationship with the book from early childhood onwards. the teacher as a reading mediator. The authors used as theoretical basis; Cosson (2019), Dalvi; Faleiros; Rezende (2013), Frantz (2011), Freitas (2009), Lajolo; Zilberman (2007), Lauriti; Cristal (2013) Lakatos and Marconi (2013), Sousa (1996) among others. The research is constituted as field and bibliographical, in relation to the proposed objectives of the investigation, the research has an explanatory and descriptive character. As a data collection instrument, questionnaires were applied to 04 (four) elementary school teachers. Through the results obtained from this study, it is highlighted that children's literature is an enriching source, instigates children's curiosity about reading and the results are satisfactory.

Keywords: Children's Literature. Reader training. Reading.

1 INTRODUÇÃO

A literatura infantil é uma parte integrante do processo de aprendizagem da criança, precisa ser vista como fator essencial para a formação de leitores. Ela tem uma função fundamental no convívio em sociedade. Quando o aluno passa a ter contato com a literatura, ele faz indagações, questiona ver um mundo diferente, contudo, existem alguns fatores que dificultam esse processo, como a falta de livros na escola, e professores que não cultivam o hábito da leitura além da falta, muitas vezes de um ambiente adequado para este momento.

A literatura infantil não somente contribui no desenvolvimento de novos leitores, mas, também no desenvolvimento social, emocional e cognitivo e na formação de um indivíduo crítico e atuante na sociedade, pois a leitura promove o desenvolvimento de várias habilidades como interpretação de textos, ampliação e enriquecimento do vocabulário e da escrita, e ajuda na construção de visões e aquisições de novos conhecimentos de mundo.

Nesse sentido, a relevância deste trabalho consiste em proporcionar mais uma fonte de pesquisa e possibilita uma análise e reflexão sobre a importância da literatura infantil como aporte para a aquisição da leitura da palavra e da leitura de mundo, como um instrumento enriquecedor para vida social e escolar dos alunos. A pesquisa teve como

objetivo analisar quais as contribuições da literatura infantil para a formação de leitores e saber de que modo esta atividade é dirigida pelos docentes como método de incentivo à leitura.

Utilizou-se como base teórica para o desenvolvimento da pesquisa vários autores, tais como: Cosson (2019), Dalvi, Faleiros e Rezende (2013), Frantz (2011), Freitas (2009), Lajolo e Zilberman (2007), Lauriti e Cristal (2013) Lakatos e Marconi (2013), Sousa (1996) entre outros.

2 A LITERATURA INFANTIL: aspectos históricos e sociais

A literatura infantil é uma temática atual, é essencial para a formação do pequeno leitor, visto que, a mesma desenvolve na criança a emoção, sensibilidade, aflora seu o imaginário e a fantasia, porém para entender a ideia de como surgiu uma literatura destinada à infância, e o seu contexto histórico-social é necessário entender o surgimento da literatura em si. Segundo Souza, a literatura “nasce da necessidade de os homens, desde as origens, registrarem e compartilharem suas experiências, fantasias e, mais do que isso, valores e ensinamentos, transmitindo-os para as gerações vindouras” (SOUZA, 2010, p. 9). Ela surgiu nos primórdios da humanidade, através da necessidade de o homem expressar seus pensamentos, e transmitir seus conhecimentos empíricos quando ainda desconhecia a escrita, na tentativa de entender e explicar os fenômenos naturais. Deste modo:

[...] A literatura existiu antes mesmo da invenção dos códigos escritos, quando os homens só possuíam o recurso da oralidade para estabelecer comunicação e intercâmbio uns com os outros. É, portanto, com a palavra oral, antes da escrita, que a literatura ganha corpo e se realiza. A arte primitiva de colher e narrar acontecimentos de forma fantasiosa adquiriu, ao longo da história, diversas formas, como fábulas, lendas, canções de gesta, rapsódias, cânticos, historietas, parábolas, salmos, provérbios, hagiografias e um sem-fim de relatos orais (SOUZA, 2010, p. 9).

Desta maneira foram surgindo histórias, lendas, fábulas, contos e canções que eram ligadas à sabedoria popular baseadas nas experiências vividas, as quais eram transmitidas de forma oral de geração para geração. Logo após, com o início da escrita essas histórias criaram vida através dos desenhos e símbolos, mas tarde surgiram novas formas de guardar essas histórias através de tabuletas, óstracos, papiros e pergaminhos. Sendo que essas histórias inicialmente foram transmitidas de forma oral, e foram estas histórias as primeiras obras literárias. Que com o passar do tempo, de acordo com as mudanças sociais foram ganhando outras narrativas e novos conceitos de acordo com cada época.

Desde sua origem a literatura tem como função atuar sobre as mentes, onde se expandem as emoções, paixões, desejos, sentimentos de toda ordem. No encontro com a literatura os homens têm a oportunidade de ampliar, transformar ou enriquecer sua experiência de vida. Cada época compreendeu e apresentou literatura à sua maneira. Ela representa, a cada momento da humanidade, uma etapa de sua constante evolução (SCHARF, 2000, p. 20).

A Concepção de uma Literatura Infantil surgiu na Europa no século XVIII, porém com duas realidades diferentes, de um lado “[...] a criança da nobreza, orientada por preceptores, lia geralmente os grandes clássicos, enquanto a criança das classes desprivilegiadas lia ou ouvia as histórias de cavalaria, de aventuras” (PAÇO, 2009, p. 12). Com todas as transformações sociais, políticas e econômicas a literatura também ganha espaço agora ao voltar à infância, o que só foi possível com a evolução da concepção de infância e com a valorização da criança como ser social.

Entretanto, ainda não era produzida uma literatura puramente infantil, e sim uma modificação na literatura que já existia que era resultado de adaptações ou da minimização de textos escritos para os adultos, essas adaptações alcançou o público infantil. Com as fábulas de La Fontaine e a publicação do livro *Contos da Mãe Gansa* de Charles Perrault considerado precursor da literatura infantil, Perrault publicou outros livros, como *A Bela Adormecida*, *Chapeuzinho Vermelho*, e *O Gato de Botas*, entre outras. Lajolo e Zilberman (2007) dizem que:

Perrault não é responsável apenas pelo primeiro surto de literatura infantil, cujo impulso inicial determina, retroativamente, a incorporação dos textos citados de La Fontaine e Fénelon. Seu livro provoca também uma preferência inaudita pelo conto de fadas, literatizando uma produção até aquele momento de natureza popular e circulação oral, adotada doravante como principal leitura infantil (LAJOLO; ZILBERMAN, 2007, p. 15).

Outros autores de grande importância na origem da literatura destinada à infância são “os irmãos Grimm, em 1812, editam a coleção de contos de fadas que, dado o êxito obtido, converte-se, de certo modo, em sinônimo de literatura para crianças. (LAJOLO, ZILBERMAN, 2007, p. 19) com obras como *A Gata Borralheira*, *Branca de Neve* e *João e Maria* etc. As histórias escritas por eles eram baseadas em narrativas populares antigas. Christian Andersen com as obras: *O Patinho Feio*, *Soldadinho de Chumbo*, *A Roupa Nova do Imperador* e *Polegarzinha* entre outras, tinha uma preocupação com valores éticos e suas histórias sempre tinham algum ensinamento. E muitos outros autores.

A literatura destinada para crianças no século XIX era baseada em uma pedagogia com características maternal e tinham o objetivo de instruir as crianças através das histórias. Era uma formação humanística com a finalidade de formar o caráter da criança de forma cívica, espiritual e ética. Neste período, a criança passa a ter maior visibilidade na sociedade,

se tem uma maior preocupação com suas necessidades e com seu desenvolvimento e passa a ser objeto de estudo e atenção nas áreas da ciência como a psicologia, sociologia e também na área educacional. Com isto, a literatura também se desenvolve e se torna, mas evidente. Foram produzidos muitos livros infantis, os quais foram escritos por pedagogos e professores clássicos durante os séculos.

2.1 Literatura Infantil no Brasil

No Brasil, a literatura infantil chegou posteriormente, com a chegada de Dom Pedro VI, e a implantação da Imprensa Régia, em 1808, e a fundação da Biblioteca Nacional, inicia-se o surgimento da impressão de livros, mas somente tempos depois é que o livro se torna popular no país. Até então pouco se ouvia falar em uma literatura destinada para este público. As obras publicadas eram adaptações e traduções dos textos Europeus. “Até a chegada de D. João VI, em 1808, o suporte editorial (e até mesmo tipográfico) necessário para o assentamento de um sistema literário era, mais do que precário, inexistente” (LAJOLO, ZILBERMAN, 2007, p. 24).

As primeiras adaptações das obras Europeias foram feitas por Alberto Figueiredo Pimentel obras como: *Contos da Carochinha*, *Histórias da avozinha*, *Histórias da Baratinha* entre outras. Carlos Jansen com as traduções como: *Contos Seletos das Mil e uma Noites*, *Robinson Crusóé* e *As Viagens de Gulliver*, eles foram os primeiros a ter interesse em uma literatura infantil no país.

Entretanto, a revolução da literatura infantil no Brasil acontece de fato com um dos mais importantes escritores da literatura infantil Brasileira Monteiro Lobato, que embora também tenha feito algumas adaptações, ele se consolida com a obra *Menina do Nariz Arrebitado*. Lobato desenvolveu uma literatura infantil incorporando o folclore, costumes e características típicas brasileiras, suas obras abrangem também questões sociais de sua época em uma linguagem que chama a atenção do público infantil. O autor investiu progressivamente na literatura infantil como escritor, e também empresário, fundando editoras como a Lobato e Cia, publicando seus próprios livros. Com base nisto, Lauriti e Christal (2013, p. 110) destacam que:

Antes de Monteiro Lobato, o livro, enquanto objeto, seguia uma padronização tradicional, influenciada pelo modelo Clássico francês, com capas tipográficas na cor amarela. Lobato, então, alterou esse formato, preocupou-se com a qualidade do papel e, também, investiu em capas desenhadas e coloridas, tudo isso para atingir seu público.

Por meio de suas obras nota-se que Lobato é extremamente nacionalista. Antes de Lobato, a literatura infantil não comportava temáticas nacionais brasileiras, eram apenas

reproduções dos padrões vindas da Europa. Monteiro Lobato publicou várias obras famosas bastantes lidas até nos dias atuais, como: *Reinações de Narizinho*, *Fábulas de Narizinho*, *Emília no País da Gramática*, *Memórias de Emília*, *Jeca Tatuzinho*, entre tantas outras. Contudo, o que chama atenção é a originalidade do autor, pois a maioria de suas obras acontece no Sítio do Pica-pau Amarelo e contam com vários personagens como Dona Benta, seus netos Pedrinho e Narizinho, Tia Nastácia, boneca Emília, Visconde de Sabugosa, o porco Rabicó, o rinoceronte Quindim e muitos outros, que fazem parte da infância de muitas crianças na atualidade. “Depois de Lobato, a produção de literatura infantil no Brasil ficou reprimida por um longo período e só a partir da década de 70 é retomado esse gênero no país.” (RODRIGUES *et al.*, 2013, p. 6).

Surgiram vários movimentos educacionais no Brasil nas décadas de 30 a 60 que foram cruciais para o desenvolvimento do ensino no país, nesta época as obras literárias perderam espaço e foram substituídas, tornaram-se comum o uso cartilhas didáticas, livros formativos e gibis e com isto, ocorre um declínio no mercado livreiro do país.

A década de 1950 não é lucrativa para a o mercado literário no país, por dois fatores: enquanto crescem os outros meios de comunicação da época — rádio, cinema e televisão —, predomina na literatura a ficção histórica, dos “autores em série”, uma produção meramente comercial que sobrevive até a década de 1960 (BOLITE, 2007, p. 34).

Nos anos 70 com as diversas transformações que a sociedade sofreu, a produção literária infantil começa a expandir devido à nova demanda escolar. Destaca-se um novo ideal pedagógico a partir das publicações de pesquisas referentes ao desenvolvimento cognitivo, emocional, físico e afetivo da criança, e a psicologia passa a ser um instrumento importante para a compreensão de uma educação que juste o indivíduo na sociedade.

Diante disto, a literatura infantil torna-se significativa para a educação brasileira com o intuito de instruir as crianças, tanto para terem domínio linguístico como também auxiliar na aquisição da escrita. Nos anos 80 com o crescimento do mercado consumidor, começaram a surgir livrarias para este público-alvo e a produção de livros infantis e juvenis só cresceu. Atualmente os livros destinados para o público infantil são adaptados de acordo com as necessidades sociais e utilizadas pelo sistema educativo, com o intuito de preparar a criança para enfrentar a realidade da vida.

2.2 O papel da escola e do professor na recepção da leitura

É atribuição das instituições escolares, a de ensinar a ler. É direcionando a escola ter o papel de fortalecer conexões entre os alunos e a leitura em todas as etapas e modalidades de ensino escolar. A escola necessita e é preciso desde a educação infantil, trabalhar e fazer as crianças sentirem o prazer e o gosto por esse mundo tão preciso na vida do indivíduo.

Acreditamos que é muito importante para o aluno a convivência com os mais variados tipos de texto, pois cada um revelará ao leitor uma faceta diferente da relação texto-mundo. Entretanto, para o aluno das séries iniciais é a leitura do texto literário a que deve predominar sobre as demais, por ser esse o texto que maiores afinidades têm com o leitor infantil, por ser um texto que envolve o leitor por inteiro, apelando para as suas emoções, a sua fantasia, o seu intelecto, e por apresentar o mundo a partir de uma perspectiva lúdico-estética, aspecto esse que não se pode desconsiderar, principalmente se tratando do leitor criança (FRANTZ, 2011, p. 33).

Nas séries iniciais é primordial o trabalho com textos de diversos gêneros textuais, desse modo faz ao aluno leitor explorar a grandeza da leitura. Contudo, diante disso, percebe-se por meio dos docentes um certo desgosto quando a essa questão da leitura, pois eles expõem em suas falas que é difícil estimular o aluno a ler, o aluno expressa que não sabe ler, não gostam de ler. Então, é visto a prática do professor e das escolas associada ao fracasso, seu devido papel não está sendo concretizado. “A prática pedagógica do professor revela necessariamente a sua visão de educação. Nesse sentido, é certo afirmar que, se o docente se orienta por uma concepção emancipatório de educação, ele adotará práticas de ensino igualmente emancipatórias” (FRANTZ, 2011, p. 61).

Toda via, nesse caso, é necessário o docente analisar e refletir o seu ofício na vida do seu aluno. Ao direcionar a relevância das instituições escolares e dos docentes na formação de crianças leitoras, não está baseado somente em aguçar aos alunos o prazer de ler, mas é preciso que através da prática da leitura possa exercitar a reflexão e o pensamento crítico desses futuros leitores.

De fato, o vínculo docente-texto-leitor, expressa que o professor seja um leitor assíduo, que se tenha sabedoria de um acervo literário significativo, porque desta maneira está ampliando seu conhecimento e gerando condições de trabalhar e sugerir leituras de textos e livros relevantes aos seus alunos, mas para isso também é necessário conhecer os vários gêneros que seus alunos se identificam.

O professor não apenas sugere, mas também estimulam seu aluno através dos mais diversos recursos ou técnicas. Mais importante é que ele mesmo dê seu testemunho de leitor, relatando aos alunos as suas experiências de leitura com entusiasmo e alegria autêntica (FRANTZ, 2011, p. 65).

A prática pedagógica do professor em sala de aula é fundamental nesse quesito relacionado a leitura, o docente vai dialogar com seus alunos a respeito dos textos realizados. Dessa maneira, irá enriquecer a leitura e passar a ser um mediador com seus alunos, possibilitando então o prazer e hábito de ler. Zilberman (1987, p. 16) aborda que:

[...] a sala de aula é um espaço privilegiado para o desenvolvimento do gosto pela leitura, assim como um campo importante para o intercâmbio da cultura literária, não podendo ser ignorada, muito menos desmentida sua utilidade. Por isso, o educador deve adotar uma postura criativa que estimule o desenvolvimento integral da criança.

Observa-se a grande ausência das instituições escolares em dedicar-se a trabalhar as práticas de leituras em salas de aula. A partir do momento em que a leitura passa a ser notada como uma maneira de entrosamento convivência por meio do leitor e os livros, a escola começa a expandir, desenvolver a sua função na formação de leitores. Os livros não devem ser vistos como algo obrigatório por parte dos professores, sendo dessa maneira, fazendo com que os alunos não sintam o prazer da leitura.

É atribuição do professor e das escolas, de conhecer o seu aluno e adentrar seus conhecimentos relativos à leitura. O professor, portanto, sendo um facilitador de aprendizagem, é essencial que enriqueça o seu trabalho referente a literatura, que busque através de diferentes gêneros textuais ampliar, e diversificar a utilização de textos em sala de aula, oferecendo os alunos a inúmeras possibilidades de textos literários.

3 A AQUISIÇÃO DE MÚLTIPLAS LINGUAGENS: contribuições da Literatura Infantil na sala de aula.

As múltiplas linguagens proporcionam a criança conhecer seu corpo e o mundo em que vive, aprender a expressa-se de várias maneiras, e o professor é de fundamental importância nesse processo, pois ele precisa favorecer o aprendizado e possibilitar o uso dessas linguagens em vários aspectos no cotidiano escolar. Vale ressaltar que essas linguagens não se limitam somente a escrita e oralidade, mas a vários tipos de linguagem, escrita, verbal, visual, musical entre outras, que são meios de comunicação indispensáveis para o convívio social.

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) deixa claro a necessidade de contextualizar essas práticas de linguagem durante todo o ensino fundamental. Ela abrange os seguintes componentes curriculares na área de linguagens; Língua Portuguesa, Artes, Educação Física e, no Ensino Fundamental – Anos Finais, Língua Inglesa. Sobre isto, a BNCC enfatiza que:

As atividades humanas realizam-se nas práticas sociais, mediadas por diferentes linguagens: verbal (oral ou visual-motora, como Libras, e escrita), corporal, visual, sonora e, contemporaneamente, digital. Por meio dessas práticas, as pessoas interagem consigo mesmas e com os outros, constituindo-se como sujeitos sociais. Nessas interações, estão imbricados conhecimentos, atitudes e valores culturais, morais e éticos (BRASIL, 2017, p. 61).

Diante disto, é essencial para a criança a aquisição destas múltiplas linguagens, sendo o ambiente escolar fundamental para o estabelecimento da mesma, e a literatura infantil pode auxiliar neste processo, pois além de proporcionar ouvir e ler histórias, ajuda na aquisição da escrita contribuindo ainda na compreensão inicial da criança sobre as complicações das linguagens, sentimentos, e valores da vida em sociedade, sendo fonte rica de aprendizagem e desenvolvimento. Frantz (2011, p. 30) ressalta que:

A escola tem, portanto, um compromisso maior que é propiciar ao sujeito o desenvolvimento da sua capacidade leitora do mundo. Assim, uma educação que se queira libertadora, humanizante e transformadora passa, necessariamente, pelo caminho da leitura.

A literatura infantil favorece o aprendizado dentro em inúmeras situações, seja através da contação de histórias, leitura dos textos literários infantis ou pela leitura visual, pois engloba diversas temáticas que auxiliam tanto em questões educacionais como pessoais na vida da criança, assim aprenderá a construir novas narrativas através dessas experiências com a leitura de textos de literatura infantil e assim se construir como um sujeito cultural. Lauriti e Cristal (2013, p. 19) fala da necessidade de se aperfeiçoar, as estratégias de mediação da leitura, como práticas para desenvolvimento do gosto pela leitura dos textos literários. E é a sala de aula onde se começa a exercitar esta prática.

A literatura infantil tem um grande papel no campo escolar por conta das grandes condições que fornece a criança durante o seu percurso na escola e fora dela. A literatura que estamos nos referindo é uma literatura que fornece a criatividade, o prazer, a aprendizagem, o conhecimento. É através dos benefícios da literatura que nossas crianças criam condições para o seu desenvolvimento tanto intelectual e quanto crítico.

3.1 O papel da escola na formação do leitor de linguagens

É indispensável que cada criança sinta prazer e gosto pela leitura, pois ela propicia diferentes experiências com as diversas linguagens, possibilita o desenvolvimento cognitivo e linguístico. Nesta perspectiva os textos literários são essências na aquisição do gosto e prazer à leitura, pois levam as crianças ao mundo da leitura de forma divertida devido ao seu caráter lúdico, e com isto retém a atenção das crianças. No entanto, a escola nem sempre apresenta aos seus educandos a leitura como algo prazeroso, ou seja, esse caráter mágico e lúdico da

literatura infantil, e isso causa a má formação dos pequenos leitores. Frantz (2011) nesse sentido afirma que:

A escola tem falhado, e muito, na condução desse processo, no que se refere à formação do leitor. Ela não tem conseguido introduzir o aluno no mundo da leitura, a partir da beleza, da magia, do prazer, da alegria que uma boa leitura pode proporcionar ao leitor. O aluno não consegue perceber a leitura como uma atividade significativa e gratificante em sua vida, e por isso não se interessa por ela e então não pratica (FRANTZ, 2011, p. 17).

Diante disto, a literatura consolida a leitura no ambiente escolar e a atuação do professor na sala de aula é essencial para o sucesso deste processo se utilizando das possibilidades oferecidas pela literatura infantil. Vale destacar que o acesso às obras literárias, não garante condições para formação do desenvolvimento leitor da criança.

Com isto, o professor assume o papel fundamental em sala de aula, deve ter clareza de suas metodologias, levanta questionamentos e promover a construção de novos saberes, proporcionar também o lúdico e não apenas leituras com finalidades de ensino da gramática, ortografia como focos principais. E a escola tem como finalidade prepara o educando para exercer plena cidadania, baseada em uma educação transformadora e libertadora. “A leitura assume função crítica e social muito importante, dando ao homem direito a opção, a um posicionamento próprio diante da realidade.” (FRANTZ, 2011, p. 29) É evidente que a criança deve ser orientada pra que possa compreender o papel estético da literatura, pois através dos livros de literatura infantil as crianças tem acesso a uma infinidade de saberes.

4 PROCEDIMENTOS E MÉTODOS ADOTADOS NA PESQUISA

4.1 Tipos de pesquisa

A pesquisa foi realizada no município de Chapadinha – MA, situada na microrregião do Baixo Parnaíba, localizada na zona Leste do Estado do Maranhão. Com o intuito de construir novos saberes sobre o propósito da pesquisa que visa analisar quais as contribuições da literatura infantil para a formação do pequeno leitor e investigar de que maneira esta atividade é desenvolvida pelos docentes como método de incentivo à leitura.

Foi realizada inicialmente uma pesquisa bibliográfica e levantamento nas bases de dados e repositórios *online*, o que possibilitou a obtenção de dados relevantes e concernentes ao tema de estudo.

Essas pesquisas foram essenciais para a base e fundamentação teórica deste trabalho, foram selecionados e analisados de forma crítica e sistemática apenas aqueles que ofereciam melhor embasamento teórico. Contribuíram na aquisição de conhecimentos relevantes que explanam sobre a problemática da pesquisa. Quanto aos procedimentos, optou-se por uma pesquisa de campo, Prodanov e Freitas (2013, p. 60) dizem que:

Como qualquer outro tipo de pesquisa, a de campo parte do levantamento bibliográfico. Exige também a determinação das técnicas de coleta de dados mais apropriadas à natureza do tema e, ainda, a definição das técnicas que serão empregadas para o registro e a análise. Dependendo das técnicas de coleta, análise e interpretação dos dados, a pesquisa de campo poderá ser classificada como de abordagem predominantemente quantitativa ou qualitativa.

Neste sentido, a pesquisa de campo proporciona ao pesquisador informações e conhecimentos mais profundos sobre a problemática do estudo, pois consiste em observar os fatos como ocorrem. Com relação aos objetivos propostos da investigação, a pesquisa tem caráter explicativo e descritivo. Referente a isto, Gil (2008, p. 29) relata que a “[...] pesquisa explicativa pode ser a continuação de outra descritiva, posto que a identificação dos fatores que determinam um fenômeno exige que este esteja suficientemente descrito e detalhado”. Todos os procedimentos e métodos adotados ao longo da pesquisa foram de suma importância para a obtenção dos dados e análise dos resultados, colaborou também para formação de um pensamento crítico e reflexível.

4.2 Universo e amostra

A pesquisa foi realizada em abril de 2021 em uma escola privada da Rede de ensino de Chapadinha – MA, teve como sujeitos 04 (quatro) professoras que lecionam no ensino fundamental anos iniciais da referida escola e 07 (sete) alunos, sendo 04 (quatro) do 1º ano e 03 (três) do 2º ano do ensino fundamental. Cabe destacar que, com o intuito de proteger a integridade e seguir as normas éticas objetivando manter confidencialidade da instituição e impessoalidade dos sujeitos da pesquisa, os nomes não serão citados.

A escola X está localizada no município de Chapadinha, situado a 250 km da capital do Estado do Maranhão, inaugurada em 2006 inicialmente oferecendo apenas o Ensino Médio, a referida escola foi reconhecida pela Resolução N° 223/2009, C. E. E., a partir do ano de 2012 passou a oferecer também o Ensino Fundamental Anos Finais e tem como mantenedora o Centro de Educação Básica (CEB). Com a Proposta Curricular do Ensino Fundamental Anos Finais e Ensino Médio a escola tem como objetivo oferecer um ensino de qualidade na formação de alunos cidadãos, para que possam atuar de forma ativa na vida social e cultural.

Para a coleta da caracterização da escola, foram respeitados todos os protocolos e medidas de proteção. A instituição adotou todas as medidas de proteção, tais como: uso obrigatório de máscara, higienização das mãos com álcool em gel e verificação da temperatura corporal, além de claro, do distanciamento social.

4.3 Instrumento de coleta de dados

Como instrumento para a coleta de dados foi escolhida a entrevista que de acordo com Gil (2008, p. 109) é uma “[...] técnica em que o investigador se apresenta frente ao investigado e lhe formula perguntas, com o objetivo de obtenção dos dados que interessam à investigação”. Esta etapa é de suma importância para a obtenção dos dados da pesquisa, pois será possível conhecer a realidade das professoras investigadas.

Para a coleta de tais informações foram elaboradas 07 (sete) questões com a finalidade de conhecer quais as convicções e opiniões das professoras com relação às contribuições que a literatura infantil proporciona para a formação leitora no processo de ensino e aprendizagem e quais atividades são desenvolvidas na sala de aula para que isto se torne possível.

É importante ressaltar que não foi possível realizar a entrevista com os sujeitos pessoalmente devido às limitações encontradas em decorrência da Pandemia do Novo Coronavírus (COVID-19), as instituições de ensino públicas e privadas foram obrigatoriamente fechadas, a principal forma de evitar a contaminação do vírus foi o distanciamento social, uma medida voluntária ou recomendada pelo governo, para evitar a disseminação de doenças altamente contagiosas e/ou letais para toda a população o que preconiza a restrição da circulação de pessoas durante um período.

O fechamento provisório de escolas, museus e comércios não essenciais faz parte desta medida. Outra medida para evitar a disseminação do vírus é o isolamento social, é recomendado para pessoas que estão contaminadas com o vírus. Elas devem ficar em um quarto totalmente isoladas, para evitar que a família se infecte. Essa medida deve ser ainda mais reforçada quando alguém que mora na mesma casa é idoso ou está dentro dos grupos de risco. Também existe a quarentena, se aplica a pessoas saudáveis que estão isoladas por terem tido contato com a infecção. É uma forma de não contaminar outras pessoas até ter certeza de que não está com a doença. Ocorreram, portanto, algumas mudanças, e optou-se na utilização de questionários que segundo Lakatos e Marconi (2013, p. 201):

Questionário é um instrumento de coleta de dados, constituído por uma série ordenada de perguntas, que devem ser respondidas por escrito e sem a presença do

entrevistador. Em geral, o pesquisador envia o questionário ao informante, pelo correio ou por um portador; depois de preenchido, o pesquisado devolve-o do mesmo modo.

Neste sentido, os questionários foram aplicados para 04 (quatro) professoras que lecionam no ensino fundamental anos iniciais, através da plataforma *Google Forms*, aplicativo lançado pelo Google para o gerenciamento de pesquisas e coleta de informações, as quais são transmitidas automaticamente para o e-mail cadastrado. Foi elaborado 07 (sete) perguntas abertas, pois permite maior liberdade de resposta dos sujeitos da pesquisa já que “[...] nas questões abertas solicita-se aos respondentes para que ofereçam suas próprias respostas [...]” (GIL, 2008, p. 122). Cabe ressaltar que apenas 03 (três) professoras enviaram as respostas, a professora P4 optou por não participar. Em um segundo momento, houve um encontro on-line através da plataforma *Google Meet* com 08 (oito) alunos e 01 (uma) professora regente, sendo 04 (quatro) alunos do 1º ano do ensino fundamental e 03 (três) alunos do 2º ano do ensino fundamental.

5 RESULTADOS E DISCUSSÕES

5.1 Análises do questionário aplicado aos professores

Considerando a importância da literatura infantil no ambiente escolar como peça fundamental no processo de recepção da leitura, aplicou-se 04 (quatro) questionários, contendo 07 (sete) perguntas abertas, por meio da plataforma digital *Google Forms*. O link do questionário foi repassado por meio do *WhatsApp* para 04 (quatro) professoras que lecionam nos anos iniciais do ensino fundamental. No entanto, apenas 03 (três) professoras enviaram as respostas, as quais estão organizadas em quadros para melhor compreensão. E para preservar a identidade dos participantes pesquisados, referiu-se aos mesmos como P1, P2 e P3.

5.2 Projeto de Intervenção Pedagógica

Por meio dos questionários aplicados as professoras, observou-se que elas trabalham com a literatura infantil e reconhecem que é uma importante ferramenta no processo de alfabetização e letramento principalmente na formação do aluno leitor. Ao ter contato com a leitura, o leitor exerce o ato de interpretação e compreensão do que foi lido, a leitura possibilita mudar ou fazer novas ressignificações sobre o mundo a sua volta, assume um papel fundamental na vida de qualquer indivíduo, seja na aquisição de valores democráticos ou na inserção social e pleno acesso aos direitos do cidadão. Lauriti e Cristal (2013, p. 12) apontam que a literatura infantil:

Desenvolve a competência discursiva do aluno; criar condições de aprendizagem e de socialização partir do contato direto com a literatura e seus diversos promotores/instrumentos de promoção; oferece ao leitor uma gama variada de possibilidades de interação com os agentes institucionais de ensino; desenvolver a capacidade plena de comunicação escrita, estimulando o conhecimento de culturas variadas, a partir do contato com o mundo imaginário da literatura.

A literatura infantil vem consolidar o espaço da leitura no ambiente escolar enquanto formadora de leitores, é através das histórias que as crianças desenvolvem o imaginário suas emoções e sentimentos, aprendem e enriquecem culturalmente. Diante disto, realizou-se uma intervenção pedagógica através da plataforma *Google Meet*, pois não foi possível realizar pessoalmente devido a pandemia (COVID-19).

Foi planejado pelas acadêmicas uma oficina bem lúdica envolvendo literatura infantil e suas múltiplas linguagens para os alunos do 1º e 2º ano do ensino fundamental, durante a aula de língua portuguesa, ressalta-se que há apenas uma turma de cada ano na escola, sendo que no 1º ano possui apenas 04 (quatro) alunos e no 2º possui 10 (dez) alunos, devido à baixa quantidade de alunos foi ministrada a aula com as duas turmas. Porém, dos 14 (catorze) alunos apenas 08 (oito) estavam online na aula remota, sendo 04 (quatro) alunos do 1º ano do ensino fundamental e 03 (três) alunos do 2º ano do ensino fundamental.

Apresentam-se aqui, de forma detalhada, todas as atividades desenvolvidas na aula remota. Foi feito contato com a professora regente das turmas e explicado como será desenvolvida a oficina. Em 04/06/2021, realizou-se algumas indagações referentes aos tipos de leitura que mais gostavam, notou-se que os alunos gostam de histórias como *Chapeuzinho Vermelho*, *Branca de Neve*, *Os Três Porquinhos* entre outros clássicos da literatura infantil. Em sequência, foi apresentado aos alunos o livro em PDF *Menina Bonita do Laço de Fita* que tem como autora Ana Maria Machado e ilustração de Claudius, no qual ocorreu o processo de pré-leitura, uma análise global do texto, do título e das figuras, levando em consideração a predição dos conteúdos utilizando os conhecimentos já existentes dos alunos para facilitar a compreensão.

Através do compartilhamento de tela, a escolha do livro deu-se devido as várias características da obra podendo ser trabalhado em todas as séries do ensino fundamental, por meio desta, que embora pequena em extensão pode ser trabalhada de várias maneiras, pois esclarece diversas questões sociais, e ainda se pode explorar o gênero narrativo. Após a realização da leitura, indagou-se as crianças qual parte da história mais gostaram, qual foi o momento mais engraçado e como a personagem foi descrita.

Em seguida, a partir do texto lido elas fizeram um desenho como autorretrato, já que a autora aborda as características e cor da pele que é resultante da descendência familiar,

e isto provoca no aluno uma reflexão de si e do outro, visto que a literatura infantil pode ser instrumento complementar de uma educação formadora de respeito e auto reconhecimento, entendendo-se como ser diferente do outro e único. O momento instigou ao debate, perguntas e algumas curiosidades. Com isso, teve-se a preocupação de explicar tudo com exatidão, clareza que fez com que todos entendessem de forma significativa.

Com base no desenvolvimento da oficina, ficou claro que mesmo diante das dificuldades encontradas pelo distanciamento social em consequência da pandemia, pode-se instruir e inserir a criança no mundo mágico da literatura infantil. Dessa forma, teve-se um resultado bastante satisfatório, pois a maioria participou e interagiram com a obra selecionada. Sabe-se da importância de possuir o livro físico no processo de alfabetização e na formação de leitores, mas nos dias atuais com os avanços tecnológicos é possível apresentar ao aluno das mais variadas formas o mundo encantador da leitura, o que abre caminho para novas pesquisas.

Ademais, é necessário ressaltar que a professora regente da turma participou de todos os momentos, mostrou-se acolhida nesse processo e percebeu que mesmo nesse contexto de ensino remoto, o importante mesmo é buscar novos conhecimentos, aprimorar e reinventar suas práticas pedagógicas para um ensino significativo.

6 CONCLUSÃO

A literatura infantil é fonte de conhecimento e informação, fator essencial para a formação de crianças leitoras, enriquece a capacidade crítica construindo assim um ser reflexivo e atuante na sociedade, sua relevância como facilitadora do acesso ao universo da leitura abrange todos os níveis da sociedade. Diante disto, a pesquisa teve como objetivo principal analisar as contribuições da literatura infantil como facilitadora para a formação do pequeno leitor, nos anos iniciais do ensino fundamental, e investigar quais atividades são realizadas pelos docentes no ambiente escolar, para que isto seja possível.

Toda a revisão bibliográfica deste trabalho permitiu compreender a importância de inserir a literatura infantil no cotidiano escolar, não somente para a evolução dos hábitos de leitura como prática permanente, como também para a construção social do aluno. A pesquisa de campo possibilitou alcançar os resultados obtidos por meio de questionário aplicado para três professoras do ensino fundamental anos iniciais, através da plataforma *Google Forms* em decorrência da pandemia (COVID-19).

Foi possível conhecer os diversos fatores que contribuíram para que o aluno tenha aptidão pela leitura, salienta-se que a literatura infantil instiga a curiosidade do aluno, pelo seu

caráter lúdico, permite exercitar o imaginário e fazer relações com a realidade, condicionando o aluno a praticar a leitura. O professor assume papel fundamental neste processo, tanto como mediador da leitura utilizado as mais variadas metodologias para impulsionar a curiosidade do aluno e inseri-lo no universo leitor, como também sendo um exemplo de leitor, pois é essencial que o professor como mediador da leitura seja um leitor proficiente, e assim inspire seus alunos.

Após a coleta e análise dos dados da pesquisa, constatou-se que as docentes investigadas utilizam a literatura infantil como aporte para aquisição da leitura e para trabalhar os diversos gêneros textuais o que favorece o processo de alfabetização e letramento. Quanto às metodologias aplicadas notou-se que variam de acordo com o nível de ensino, são realizadas cantinho da leitura, leitura individual e compartilhada entre outras, o que permite um maior contato com o texto, ressalta-se que devido pandemia da (COVID-19) as atividades estão sendo realizadas através da plataforma digital *Google Meet*.

Observou-se que os diferentes métodos utilizados pelas professoras estimulam e aumentam o interesse dos alunos em participar das aulas e a terem prazer no ato de ler. Através da oficina de leitura realizada com os alunos, percebeu-se que, mesmo diante das dificuldades atuais é possível inserir o aluno no mundo da leitura e apresentar este universo mágico que é a literatura infantil. Espera-se que este trabalho proporcione uma reflexão acerca da contribuição da literatura infantil como formadora de leitores e abra caminho para próximas pesquisas.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Parâmetros Curriculares Nacionais:** língua portuguesa. 3. ed. Brasília, DF: Secretaria de Educação Fundamental, 1997. (Parâmetros Curriculares Nacionais (1^a a 4^a séries), v. 2).

BRASIL. **Referencial Curricular Nacional para Educação Infantil.** Brasília, DF: MEC/SEF, 1998.

COSSON, Rildo. **Letramento literário:** teoria e prática. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2019.

CUNHA, Maria Antonieta Antunes. **Literatura infantil:** teoria & prática. São Paulo: Ática, 1991.

DALVI, Maria Amélia; REZENDE, Neide Luzia de; FALEIROS, Rita Jover (Orgs). **Leitura de literatura na escola.** São Paulo: Parábola, 2013.

FREIRE, Paulo. **A importância do ato de ler em três artigos que se completam.** São Paulo: Cortez, 1989.

FREITAS, Marcos Cezar de; BICCAS, Maurilane de Souza. **História social da educação no Brasil.** São Paulo: Cortez, 2009.

- IMBERNÓN, Francisco. **Formação docente e profissional: forma-se para a mudança e a incerteza**. 9. ed. São Paulo: Cortez, 2011.
- LAJOLO, Marisa. ZILBERMAN, Regina. **Literatura Infantil Brasileira: história e histórias**. 6. ed. São Paulo: Ática. 2007.
- LUCKESI, Cipriano Carlos *et al.* **Fazer Universidade: uma proposta metodológica**. 9. ed. São Paulo: Cortez, 1997.
- ROMANOWSKI, J. P.; ENS, R. T. **As pesquisas denominadas do tipo “Estado da Arte”**. Diálogos Educacionais, v. 6, n. 6, p. 37–50, 2006. Disponível em: <https://bit.ly/3542qFJ>. Acesso em: 20 abr. 2021.
- SOUZA, Ana A. Arguelho de. **Literatura infantil na escola: a leitura em sala de aula**. Campinas: Autores Associados, 2010.
- VAZ, Alexandre Fernandez; MOMM, Caroline Machado (Orgs.). **Educação infantil e sociedade: questões contemporâneas**. Nova Petrópolis: Nova Harmonia, 2012.
- WITTKE, Cleide Inês (Org.). **Estratégias de leitura e perspectivas críticas**. Pelotas: Caderno de Letras, 2010.

OS IMPACTOS DA CONTRARREFORMA DO ESTADO NA POLÍTICA PREVIDENCIÁRIA E AS INCIDÊNCIAS NA ATUAÇÃO PROFISSIONAL DO ASSISTENTE SOCIAL

THE IMPACTS OF STATE CONTRARREFORM IN SOCIAL SECURITY POLICY AND THE INCIDENCE ON SOCIAL PROFESSIONAL WORKER'S PERFORMANCE

Anaria Kellen Góis Viana⁴

Hellen Cristinne Silva de Sousa⁵

Rute Nascimento dos Santos⁶

Ryane Pereira Lopes⁷

Sabrina Silva Costa⁸

Orientadora: Ma. Mariana Corrêa Soares Muniz⁹

RESUMO: Este artigo busca compreender as influências da contrarreforma do Estado na Previdência Social, por meio do seu processo histórico, acompanhado de mudanças desde da instituição da Constituição Federal de 1988 até a atual conjuntura, bem como os impactos de tais alterações aos beneficiários e seus dependentes frente a ampliação e consolidação da previdência como direito fundamental. Demonstra ainda, a importância da atuação dos Assistentes Sociais nesta política, onde as intervenções profissionais são construídas a partir do caráter sociopolítico, crítico e interventivo com o intuito de garantir o amplo acesso ao direito na política previdenciária.

Palavras - chave: Contrarreforma. Serviço Social. Direitos Sociais.

ABSTRACT: This article seeks to understand the influence of the State's counter-reform on Social Security through its historical process, accompanied by changes from the institution of the 1988 Federal Constitution to the current situation, as well as the impacts of such changes on beneficiaries and their dependents in the face of expansion and consolidation of social security as a fundamental right. It also demonstrates the importance of the role of Social Assistants in this policy, where professional interventions are built on the basis of

⁴ Graduada em Serviço Social pela Faculdade do Baixo Parnaíba (FAP).

⁵ Graduada em Serviço Social pela Faculdade do Baixo Parnaíba (FAP).

⁶ Graduada em Serviço Social pela Faculdade do Baixo Parnaíba (FAP).

⁷ Graduada em Serviço Social pela Faculdade do Baixo Parnaíba (FAP).

⁸ Graduada em Serviço Social pela Faculdade do Baixo Parnaíba (FAP).

⁹ Graduada em Serviço Social pela Universidade Federal do Maranhão (UFMA), Mestra em Políticas Públicas pelo Programa de Pós Graduação em Políticas Públicas da Universidade Federal do Maranhão (UFMA).

sociopolitical, critical and interventional character in order to ensure broad access to the law in social security policy.

Keywords: Counter-reform. Social Work. Social Rights.

1 INTRODUÇÃO

Este artigo pontua “os impactos da contrarreforma do Estado na Política Previdenciária e as incidências na atuação profissional dos Assistente Sociais” onde tem por objetivo descrever os marcos históricos de como iniciou as reformas da previdência desde a Constituição Federal de 1988 até o cenário atual, trazendo pontos positivos e negativos de cada reforma sancionadas por cada presidente, e seus impactos aos beneficiários e seus dependentes, assim como as possibilidades e desafios na atuação dos Assistentes Sociais.

A Política Previdenciária se consolida como um dos direitos fundamentais e desde então passa por mudanças, e diante da atual conjuntura que perpassa aos nossos olhos, tal temática tem sido presente nos debates da sociedade, e especificamente da categoria profissional do Serviço Social. Haja vista, que as reformas e contrarreformas tem impacto diretamente nas relações sociais, e na atuação dos Assistentes Sociais que constitui seu fazer profissional a partir do seu compromisso junto a classe trabalhadora.

Para tanto, inicialmente é posto, a trajetória das mudanças ocorridas na Política da Previdência Social, tendo o capital como maior responsável por tais alterações, desde o Governo Collor até o cenário atual do Governo Jair Bolsonaro, elencando pontos de colisão com o que estava previsto na CF/88, que causaram regressões nos direitos sociais, destacando que tais mudanças foram promovidas pelas crises do capital, devido todas a dividas adquiridas pelo governo.

A seguir, apresentamos os principais impactos dessa contrarreforma na vida dos beneficiários e seus dependentes, acentuando as consequências para a classe trabalhadora que constantemente tem seus direitos sociais sendo retirados. Por fim, foi posto a emergência da inserção do Serviço Social na Previdência Social, e as condições contemporâneas que incidem nos processos de trabalhos da categoria, visto que constantemente a uma tentativa de burocratização, bem como o favorecimento da regressão dos direitos sociais frente a estrutura fechada do Estado.

2 AS CONTRARREFORMAS DO ESTADO E SEUS REFLEXOS NA CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988

A Previdência Social no Brasil é instituída como um direito social, a partir da Constituição Federal de 1988, sendo alçado ao status de direito fundamental, por buscar garantir um mínimo de subsistência para os trabalhadores que deixam de exercer suas atividades laborativas remuneradas, através de aposentadorias, pensões e proteção contra os riscos sociais. Desta forma, procura-se fornecer meios para manter a dignidade humana dos cidadãos. Previstos no art. 6º e art. 201, que contém as diretrizes e nos incisos I a IV tratam de riscos sociais dos quais a previdência social deve oferecer cobertura aos segurados. A mesma compõe o tripé da seguridade social, que dispõe como princípios básicos e diretrizes:

- Universalidade da cobertura e do atendimento;
- Uniformidade e equivalência dos benefícios e serviços às populações urbanas rurais;
- Seletividade e distributividade na prestação dos benefícios e serviços;
- Irredutibilidade do valor dos benefícios;
- Equidade na forma de participação no custeio;
- Diversidade da base de financiamento;
- Caráter democrático e descentralizado da gestão administrativa com a participação da comunidade, em especial de trabalhadores, empresários e aposentados (PAULO; ALEXADRINO, 2014, p. 1026-1027).

Ao longo da história, a Previdência Social passou por várias modificações que atingiram os trabalhadores de forma positiva e negativa, alterando o que a priori estava previsto CF/88. Tais mudanças foram promovidas devido as crises do capital e pelas dívidas adquiridas no processo de reestruturação, a qual deram seu início principalmente pelo acordo neoliberal que desencadeou novas configurações no mundo trabalho, como nas relações sociais e econômicas.

Conforme Behring (2008, p. 134-135):

Na verdade, com o “calote” americano nos acordos de Bretton Woods, em 1971, tornou-se um risco evidente a contratação de empréstimo externos a juros flutuantes, em vez de fixos, submetendo a capacidade de investimento ao pagamento dos compromissos assumidos em termos desiguais, cambiantes e vulneráveis as oscilações da conjuntura.

Desta forma, através de pressões externas para o país desenvolver e sair da crise, não havendo também mais bases sólidas para investimentos, o Brasil adquiriu uma dívida externa, em que os governantes vem promovendo uma incessante contrarreforma na Previdência Social que tem provocado a redução do espaço da previdência pública e a ampliação do espaço da previdência privada (SILVA, 2012 e 2015 apud SILVA, 2018). Com intuito de abarcar as pressões exercidas pelo capital financeiro.

Silva (2018) pontua que o país nos anos 90, viveu altos índices de desemprego e o agravamento da pobreza decorrente da crise do capital e o fortalecimento do projeto neoliberal retomados pelo governo Collor, que implantou a medida que previa a correção monetária no valor dos benefícios, dando prosseguimento no projeto no governo de Fernando Henrique que introduziu mudanças mais drásticas na previdência, a qual já não seria mais considerado o tempo de serviço do trabalhador, mas o tempo de contribuição e o fator previdenciário. Segundo Silva (2018, p. 137):

É nesse contexto que a Emenda Constitucional (EC) nº 20, de 1998, inaugura o ciclo de restrições de direitos previdenciários, ou seja, o movimento de contrarreforma da Previdência Social [...] Essa emenda atingiu sobretudo o Regime Geral de Previdência Social (RGPS), e as mudanças seguiram a lógica que move até o presente esse movimento de contrarreforma: a extinção e/ou reconfiguração de benefícios, redução de seus valores e tempo de usufruto e ampliação do tempo de contribuição.

Em consonância, ocorre outro regresso no direito social, foi instituído no governo de Lula com as emendas constitucionais de nº 41 de 19 de dezembro de 2003 e de nº 47 de julho de 2005, as quais tiveram como foco o funcionalismo público. A reforma criou um teto para os servidores federais, instituiu a cobrança da contribuição para pensionistas e inativos, alterando o valor do benefício. As mesmas modificaram artigos e revogaram incisos presentes na CF/88 referente à previdência social, Silva (2018, p. 139) vem afirma que:

As justificativas, as diretrizes e as estratégias restritivas adotadas foram as mesmas de 1998, todavia, os Regimes Próprios de Previdência Social (RPPS), destinados aos servidores públicos, foram os mais atingidos, com o fim da aposentadoria integral, a vinculação do tempo de contribuição à idade para fins de aposentadoria — o que não foi aprovado para o RGPS em 1998, a contribuição previdenciária para aposentados e pensionistas sobre a parte da remuneração que ultrapassa o valor do teto dos benefícios do RGPS e a possibilidade de teto para aposentadoria dos servidores. A emenda estabeleceu que seria assegurado programa previdenciário para trabalhadores de baixa renda, exceto aposentadoria por tempo de contribuição.

O panorama da situação econômica com passar dos anos não melhorou, tanto que em 2014, houve uma redução no crescimento econômico, elevação da inflação, além da piora de outros indicadores sociais, e do trabalho alterando a posição do país entre as maiores economias do mundo, neste feito, há um aprofundamento da crise e da desigualdade social, em 2015, a dívida pública atingiu 66,23% do PIB, as renúncias tributárias em 2011 totalizaram R\$ 152 bilhões, e em 2015 esse valor alcançou R\$ 276 bilhões, um crescimento de 76% (ANFIP, 2016,p. 128 apud SILVA, 2018, pag. 141).

No governo Dilma também houve outra nova reforma, onde a mesma foi adotada pela regra 85/95 designada pela Lei 13.183/2015 sancionada no dia 05 de Novembro de 2015, conhecida como “aposentadoria por pontuação”, onde estabelece que o trabalhador tem direito

à aposentadoria integral quando sua idade e seu tempo de contribuição somados atingirem 85 pontos, no caso de mulheres, e 95 pontos para homens, como por exemplo: homens 60 anos de idade e 35 anos de contribuição, e para mulheres, 50 anos de idade e 35 anos de contribuição. Onde essa somatória gradativamente teria o aumento de 1 ano a cada 2 anos.

A regra 85/95 viria como uma solução para o fator previdenciário, após reivindicação de alguns trabalhadores sindicais, entretanto não excluiria o mesmo, a regra 85/95 viria apenas como uma opção para quem quisesse se aposentar por pontuação. Diante de toda crise que perpassava o país foi pensado pelo governo sobre fundos de pensão onde além da Lei 13.183, a então presidenta também sancionou a Lei 12.618/2012 que se trata da criação da Previdência Complementar “Privada”, que segundo governo seria uma proteção previdenciária adicional para o trabalhador, mas trata-se nada mais do que planos privados que são oferecidos aos servidores por empresas privadas para investirem seu dinheiro em seus serviços. Trazendo para os dias atuais, seria como uma espécie de investimento na bolsa de valores, que mais tarde seria devolvido para o investidor.

Sendo assegurado a aposentadoria, e assim também induzindo aos servidores a aderirem uma Previdência Privada, nessa lei teve a criação da Fundação de Previdência Complementar do Servidor Público Federal (FUNPRESP), que são os fundos de pensões do funcionalismo público, e um gerador de benefícios para os servidores dos três poderes. Além dessas modificações, também foram sancionadas as Leis 13.135/2015 e 13.134/2015 que modificaram a pensão por morte, a aposentadoria por invalidez, o auxílio-reclusão, auxílio doença, o abono salarial, e o seguro-desemprego, reduzindo assim o tempo de acesso a cada um desses benefícios, e também diminuindo os valores pagos mensalmente a cada beneficiário, tendo por objetivo tal lei a diminuição dos gastos e equilíbrio do setor financeiro.

Sabendo que diante de todo esse processo, a frase clichê para tais ações é custear as “dívidas públicas”, após o impeachment e a saída de Dilma, Temer assumiu a Presidência e no governo do Presidente interino não foi diferente, após tomar posse começou a estudar sobre uma Nova Reforma na Previdência Social Brasileira.

A Reforma que Temer previa iria explorar e dilacerar as políticas públicas, e assim promover o capital financeiro, e velando com os compromissos das dívidas públicas, onde uma das modificações seria o congelamento por vinte anos dos recursos para as despesas primárias, sendo dos setores da Educação, Saúde, Assistência Social, e Defensoria Pública, por meio da Emenda Constitucional nº 95/2016, tendo assim um orçamento limite para cada setor, sendo esse revisado apenas depois dos primeiros 10 anos, após aprovação da reforma, reafirmando assim o redirecionamento dos recursos para o setor financeiro.

Outra medida que seria adotada, quanto ao desmonte da Previdência Social, era a extinção do Ministério da Previdência Social e Trabalho, mudando todos os órgãos e responsabilidades da Previdência para o Ministério da Fazenda, e o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) para o Ministério Desenvolvimento Social e Agrário, através da MP nº 782, colocando assim os direitos previdenciários a mercê do capital Financeiro. Junto a essas medidas a Nova Reforma ficou conhecida como PEC 55, ressalta-se a mudança também no tempo de contribuição dos servidores e idade mínima para aposentadoria. Sendo 65 anos para ambos os sexos e 25 anos de contribuição, onde não se leva em consideração a dupla e tripla jornada de trabalho das mulheres, que não trabalham só nos seus espaços de trabalho, mas nos afazeres domésticos e ainda cuidam dos filhos.

Após a saída de Temer da Presidência, e com o não êxito da sua então Nova Reforma da Previdência, é eleito em 2018 como Presidente Jair Bolsonaro, que já durante sua campanha presidencial, especulava sobre reformulação na previdência, anunciando uma Nova Reforma junto o ministro da Economia Paulo Guedes, caso fosse eleito Presidente da República, onde foi exatamente o que ocorreu no ano de 2019.

A emenda Constituição nº 103/2019, foi promulgada dia 12 de Novembro de 2019, trazendo grandes mudanças na aposentadoria e previdência, atacando assim os direitos previdenciários das classes subalternas.

A reforma estabelece idade mínima de aposentadoria, de 62 anos para mulheres e 65 anos para homens, ambos precisam ter no mínimo 15 anos de contribuição, deixando assim de existir o fator previdenciário e a regra 85/95, passando assim ter a idade mínima e o tempo de contribuição para ter direito a aposentadoria. Mudando também regras para servidores, como professores, policiais, que além da idade mínima terão que ter 25 anos de contribuição e no mínimo 10 anos de serviços públicos prestados.

Ressaltam-se também modificações que ocorreram nas pensões por morte, que será oferecido apenas 50% do valor ao beneficiado, e mais 10% de cada dependente da família que tenha a idade menor que 21 anos, outra modificação foi nas aposentadorias por invalidez, onde o indivíduo tem que ter contribuído no mínimo 12 meses com o INSS para ser assegurado enquanto estiver impossibilitado de exercer qualquer função trabalhista.

Diante de todo esse cenário, podemos ver uma reforma que retira os direitos e restringe as aposentadorias para todos, como afirma Nogueira (2019, p.?).

A "reforma" da Previdência - na verdade, uma contrarreforma - retira direitos e restringe as aposentadorias e pensões para todo mundo, de forma inconstitucional e impiedosa, digna dos malditos "filhos de Chicago", neoliberais irresponsáveis. A grande imprensa se atrelou aos interesses governamentais, dos quais passou a ser cúmplice. Quero ver esses jornalistas se aposentarem e olharem para seus próprios holerites, como diz bem o autor. Ou olharem para os holerites de seus pais, desesperados após a aposentadoria.

Desta forma, é posto em xeque o Estado como garantidor de direitos sociais, o qual deveria zelar pela dignidade humana dos cidadãos, mas acaba se submetendo as pressões do capital financeiro, tornando as relações flexíveis, sem garantia e segurança, revogando o que a priori havia se firmado na Constituição Federal de 1988, deixando muito dos cidadãos desprovido do básico para sua subsistência, isto vem refletir em impactos negativos na Previdência Social.

3 OS PRINCIPAIS IMPACTOS DA CONTRARREFORMA DO ESTADO NA POLÍTICA PREVIDENCIÁRIA AOS BENEFICIÁRIOS

Na conjuntura social brasileira os impactos sob a política previdenciária ocorrem desde o pós Constituição Federal de 1988 quando foi consolidada como um dos direitos fundamentais, entre os diversos contextos políticos que foram emergindo as mudanças assumindo níveis variados, alguns ataques mais fortes e outros mais leves, tanto que não houve abertura para que o sistema previdenciário fosse implementado completamente. Segundo Teixeira (2001, p.?) “[...] não há nenhum indicio de que a contrarreforma previdenciária possa parar por aqui, já que o objetivo final – o de privatizar a previdência social – ainda não foi plenamente alcançado”. E com a privatização dos bens públicos acaba tendo uma gradativa redução do papel do Estado no processo pelo qual o neoliberalismo se materializa e consolida a favor dos lucros do capital.

De modo, que nos últimos anos a política previdenciária entrou novamente em pauta nos debates pela “nova reforma” dessa vez com propostas de caráter ainda mais ofensivo de ganhos financeiros para o capital.

A proposição da reforma da Previdência se articula com a Proposta da Emenda Constitucional 95/2016 que instituiu o “Novo Regime Fiscal” originado pelas críticas liberais e conservadoras aos modelo social da Constituição Federal 1988 e com a ampliação da desvinculação de impostos e contribuições sociais e federais garantidos para o gasto social (SILVA, 2012, p. 69).

Essas mudanças tem influenciado as privatizações gradativas lideradas pelo o neoliberalismo, que se configura como o modelo de Estado mínimo defendido pelas correntes neoliberais, que devido a isso afasta a sociedade brasileira de um modelo de proteção social, ou seja, deseja impor sobre os gastos sociais públicos restringidos à ampliação e consolidação aos

direitos da classe trabalhadora. As mudanças no Sistema Previdenciária são apontadas pelo Estado como uma “nova reforma previdenciária”, no entanto, as mudanças desencadeiam uma contrarreforma diante da perspectiva de análises que evidenciam as incidências nas condições de vida dos indivíduos, como um ataque aos direitos sociais.

Tanto que os argumentos utilizados pelo Estado evidenciam crescente falta de responsabilidade com a sociedade, intensificam ainda mais esse desmonte e mercantilização dos direitos sociais, fortalecendo o gerenciamento da desigualdade social. Em face a contrarreforma se acentua em mudanças nos benefícios que constitui a previdência social através das medidas impostas consolidadas no benefício da aposentaria que passa a exigir quarenta anos de contribuição, algo totalmente inverso a realidade do mundo do trabalho, onde cada vez mais se tem a intensificação dos índices de desempregos, para o contribuinte se aposentar e para ter acesso total necessita iniciar as atividades no mundo do trabalhos aos 16 anos. Na mesma estrutura encontra-se os trabalhadores do campo que começam a trabalhar muito mais cedo.

As posições no mundo do trabalho sobre esses dois contextos emergem totalmente sobre realidades diferentes, tanto que a contrarreforma vem da visibilidade nas disparidades de injustiça tendo a propensão de que muitos nem conseguirão ter acesso a sua aposentaria. Em relação aos benefícios destinados aos indivíduos com deficiência e aos idosos de renda inferior não terá mais o valor de um salário mínimo, além dos impasses para ser ter acesso, com as novas mudanças, estes beneficiários terão o mínimo para prover a sobrevivência, ainda mais para aqueles que tem ou tiveram sua vida laboral informal. O valor do salário mínimo que era posto sobre a pensão por morte também sofre com tais mudanças, os valores poderão ser inferiores ao salário mínimo, tendo o efeito nos níveis de condições de vida dos familiares diante da perspectiva que muitos casos era o único responsável pelo custeio familiar.

O que se constata nessas mudanças postas acima é o gerenciamento da previdência social não como um direito fundamental advindo como conquista da sociedade. Pensar sobre os impactos da contrarreforma no sistema previdenciário pode-se observar a sua redução gradual frente sua perspectiva de expansão de cobertura da classe trabalhadora, e ver seus efeitos serem minimizados na vida dos indivíduos, conforme afirma Sousa (2018, p. ?) “[...] o sistema previdenciário tem conseguido alcançar a diminuição da pobreza e a transformação nos variados setores econômicos da contemporaneidade, diante do avanço na cobertura”. O que fica mais evidente é que a ideia de tirar dos mais vulneráveis, coloca a previdência social como um produto que sempre será a saída para o enfrentamento de todas as mazelas econômicas e sociais do país para o Estado.

4 A INSERÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL NA PREVIDÊNCIA SOCIAL E AS INCIDÊNCIAS NA INTERVENÇÃO PROFISSIONAL

O Serviço Social adentra o âmbito da previdência em meados de 1944 tornando-se um dos principais campos de atuação para a categoria profissional, sua institucionalização na previdência sucedeu-se no cenário de ampliação do Instituto de Aposentadorias e Pensões- (IAPS), no momento de passagem da ditadura militar, onde provia um processamento de racionalização do aparato institucional previdenciário com a criação do Sistema Nacional de Previdência Social (SINPAS). Neste contexto, o Estado passa a intervir na regulamentação do mercado de trabalho como também em ações buscando oferecer assistência para responder as demandas advindas das expressões da questão social, ainda pautado no conservadorismo.

Com o reordenamento da sociedade após Constituição Federal 88, a categoria profissional teve um significativo desenvolvimento em seus processos de trabalhos, no qual passou articular meios e criar estratégias para garantir direitos, e a participação dos usuários na gestão de políticas públicas tendo uma ruptura com o modelo tradicional conservador, possibilitando que os usuários conheçam seus direitos no âmbito previdenciário.

As possibilidades de intervenção do serviço social requer muito mais que o seu relato e a elaboração de manuais prescritos voltados ao como fazer exige uma análise crítica e teoricamente fundamentada do trabalho realizado na trama de interesses sociais que o polarizam; da construção de estratégias coletivas, articuladas as forças sociais progressistas, que permitam potencializar caminhos que reforcem os direitos nos diversos espaços ocupacionais em que atuam. (GALRLET, RENK, 2017, p. 5)

No âmbito da previdência o trabalho do Assistente Social é desenvolvido baseando-se na Matriz Teórica Metodológica do Serviço Social, elaborada em 1994, pautada nos princípios ético políticos da profissão no qual o Assistente Social tem como base este documento para nortear suas intervenções, que se objetiva a defesa dos direitos sociais e da cidadania, pois ele propõe um novo rumo para a intervenção, possibilitando um olhar profissional crítico e apto a responder as demandas institucionais, assim como as múltiplas expressões da questão social encontradas no âmbito da previdência (DANTAS, 2015).

De acordo com CFESS, (2018) o Serviço Social encontra várias possibilidades de ações que podem ser efetuadas, atendendo os limites e particularidades de cada Agência da Previdência Social (APS) no espaço de efetivação dos serviços pautadas no Manual Técnico do Serviço Social, na Matriz Metodológico- Científica do Serviço Social na Previdência Social, e o artigo 88 da Lei nº 8.213/91, que é a Lei de Regulamentação da Profissão do Assistente Social. Entre as possibilidades de intervenção profissional o autor aponta os principais instrumentos técnicos do Serviço Social no âmbito da Previdência Social nas

ações como: orientação individual e coletiva do usuários nas agencias; encaminhamentos para outras políticas públicas; realização de visita domiciliar, hospitalar/institucional; emissão de parecer social; avaliação de pessoas com deficiência; assessoria e consultoria a movimentos sociais; palestras e socialização de informações previdenciária em variados espaços (CFESS, 2018)

De acordo com CFESS, (2018) as atividades mencionadas estão ligadas a três linhas de ações específicas, segundo o Manual Técnico do Serviço Social (2017, p.?):

- a) **Ampliação e consolidação do acesso à Previdência Social**- as ações do serviço social direcionam-se para a ampliação e consolidação do acesso de categorias profissionais e ocupacionais, segmentos de trabalhadores e grupos sociais com dificuldades de obtenção dos beneficiários e serviços ofertados pela Previdência Social;
- b) **Segurança e saúde do trabalhador**- as ações dos assistentes sociais do INSS fundamentam-se na Política Nacional de Saúde do Trabalhador, que visa a redução dos acidentes e doenças relacionadas ao trabalho, por meio de ações de promoção, reabilitação e vigilância. Suas diretrizes compreendem a atenção integral à saúde, a articulação intra e intersetorial e a participação popular, envolvendo os Ministérios do Trabalho, Saúde e Previdência Social;
- c) **Direito das pessoas com deficiência e das pessoas idosas** - as ações do serviço social objetivas promover a consolidação e a perspectiva de ampliação de direitos das pessoas com deficiência e das pessoas idosas, beneficiarias ou não do BPC e da aposentadoria para a pessoa com deficiência -LC 142.

Neste rol, a institucionalização do Serviço Social exige ações fundamentada no olhar crítico perante a realidade social rompendo com as práticas conservadoras. Tendo seu direcionamento na perspectiva de garantia os direitos sociais, buscando construir uma pratica profissional voltada a responder as demandas sócio- institucionais frente aos desafios contraditórios na atual conjuntura. No cenário a classe trabalhadora está perdendo uma serie de direitos em decorrência da contrarreforma da previdência proclamada no governo Temer e aprovada no governo do atual Presidente Jair Bolsonaro, no qual divulgou uma medida provisória - MP que retrai uma porção de direitos e benefícios sociais, como também a extinção do Serviço Social das agencia do INSS, impossibilitando que os usuários possam conhecer seus direitos através dos serviços oferecidos unicamente pelo serviço social, nesse contexto o CFESS emitiu uma nota na qual rejeita tais medidas manifestando a resistência e mobilização da categoria profissional.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nesse cenário de regressão dos direitos sociais que a Previdência Social encontra um agravante de incidências condensados pela concepção de um Estado mínimo, que tem se fortalecido em detrimento do capital financeiro, tanto que as Emendas Constitucionais tem se configurado como uma ferramenta de impor limites de seletividade no que deveria ser

concedido para todos. Desse modo, o panorama de contrarreforma na Previdência Social tem se instalado de forma perversa aos beneficiários e seus dependentes, influenciado pelo sistema político econômico, fazendo com que ações do Estado se volte para retirada de forma gradual dos direitos. Não o bastante, a influência exercida pelo sistema capitalista sobre o Estado tem caminhado para seu objetivo primordial, que é a privatização da previdência social, através da mercantilização dos direitos sociais.

Os impactos da contrarreforma nas condições de vida dos trabalhadores desconsidera as conquistas consolidadas através da cobertura e avanços dos serviços previdenciários, principalmente diante das novas configurações que o mundo do trabalho vem incorporando. Nesse processo entra em debate não apenas os direitos da classe trabalhadora, mas de toda a sociedade que tem consolidado constitucionalmente a Previdência Social como um dos direitos fundamentais, que são constituídos a partir das necessidades básicas, advinda das lutas sociais, dessa maneira, a proteção social passa a ser ofertada por meio de um Estado mínimo, que inviabiliza os detrimientos em favorecimento da barbárie.

No bojo desses apontamentos, se acentua a atuação profissional do Serviço Social nesse contexto tão adverso, condensado suas intervenções as expressões da questão social, instituído como uma profissão possuidora de uma autonomia relativa diante do fazer profissional frente aos processos de garantia dos direitos sociais nesses espaços de disputa. É nessa ótica, que a categoria profissional assume como fundamento diante desses espaços uma análise e posicionamento crítico acerca dos interesses sociais, visando a ampliação dos acessos e integração social. No cenário atual, a categoria profissional passa por processos de despolitização das expressões da questão social, de modo, que a atuação dos Assistentes Sociais na Previdência Social se institui de forma primordial como meio de articular forças sociais para que possam viabilizar meios e formas de garantia e resistência frente a projetos que minimiza a proteção social.

Temos a clareza que se refere aos processos demandado pelas pressões do capital frente ao Estado, onde as ordens societárias são as mais privativas dos direitos sociais fundamentais, e entender a totalidade desse movimento na contemporaneidade por meio da categoria profissional exige uma compreensão de que as intervenções se move de forma histórica de acordo com as mudanças da própria sociedade, e os rumos da atuação são norteados pela apreensão da prática profissional também como uma área de construção de conhecimento, por meio do projeto ético político, e dos instrumentos técnicos operativos que constroem o Serviço Social.

REFERÊNCIAS

- BEHRING, Elaine Rossetti. **Brasil em contra-reforma: desestruturação do Estado e perda de direitos**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2008.
- CFESS, Conselho Federal de Serviço Social. **DIRETRIZES DE AÇÕES DO SERVIÇO SOCIAL NO INSS**. Brasília-DF, 2018. Disponível: <http://www.cfess.org.br/arquivos2018-CfessFernasps-DiretrizesINSS.pdf>. Acesso em 24 jun. 2020.
- DANTAS, Maressa Fauzia Pessoa. SERVIÇO SOCIAL E A POLITICA DA PREVIDÊNCIA: desafios da pratica profissional na ampliação do acesso aos direitos. *In: JORNADA INTERNACIONAL POLÍTICAS PÚBLICAS*, 7., São Luís –MA, 2015. **Anais [...]**. São Luís: UFMA, 2015. Disponível: <http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinpp2015/pdfs/eixo14/servico-social-e-a-politica-da-previdencia-desafios-da-pratica-profissional-na-ampliacao-do-acesso-aos-direitos.pdf>. Acesso em 24 de junho de 2020.
- GARLET, Claudia Lago; RENK, Elisônia Carin. Serviço Social na previdênciasocial: atuação do assistente social. Universidade de Santa Catarina. 2017. Disponível: <http://www.uniedu.sed.sc.gov.br/wp-content/uploads/2017/02/Claudia-Lago-Garlet.pdf>. Acesso em 24 de junho de 2020.
- NOGUEIRA, Carlos Frederico. **A reforma da Previdência: um tiro no pé**, danação já se deram conta?. Disponível em: <https://www.conjur.com.br>. Acesso em: 29 jun. 2020
- PAULO, Vicente; ALEXANDRINO, Marcelo. **Direito Constitucional descomplicado**. 13. ed. Rio de Janeiro: Forense; São Paulo: Método, 2014.
- SILVA, Maria Lucia Lopes da. Contrarreforma da Previdência Social sob o comando do capital financeiro. **Serv. Soc. Soc. [online]**, n.131, 2018. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-66282018000100130&lng=pt&tlng=pt. Acesso em: 23 jun. 2020.
- SILVA, Mauri Antônio da. **A contrarreforma da previdência social no Brasil: Análise crítica da estratégia do capital financeiro e da resistência da classe trabalhadora**. 2018. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Serviço Social) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2018. Disponível Em: <https://Repositorio.Ufsc.Br/Bitstream/Handle/123456789/189250/Mauri%20a%20silva.Pdf?SeqUence=1&Isallowed=Y>. Acesso Em: 23 Jun. 2020.
- SOUSA, Eliama Oliveira de. **As reformas constitucionais da previdência social brasileira frente ao princípio constitucional da vedação do retrocesso social**. 2018. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Direito) – Universidade Federal da Paraíba, Santa Rita, 2018. Disponível em: <https://repositorio.ufpb.br/jspui/bitstream/123456789/11491/1/EOS18062018.pdf>. Acesso em 23 jun. 2020.
- TEXERIA, Paula Andreia Maria de. Reforma e contra-reforma da Previdência Social no Brasil Hoje. **Rev. Katálysis**. n. 5, jul./dez. 2001, p. 49-62. Disponível: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/katalysis/article/view/5723/5242>. Acesso em: 23 jun. 2020.

AS CONSEQUÊNCIAS DA INFLAÇÃO LEGISLATIVA E DA INEFICÁCIA DAS LEIS NO ORDENAMENTO JURÍDICO BRASILEIRO

THE CONSEQUENCES OF LEGISLATIVE INFLATION AND THE INEFFECTIVENESS OF LAWS IN THE BRAZILIAN LEGAL ORDINANCE

Alexandre Nunes Veras¹⁰
Cristhian Mateus Aguiar Pestana¹¹
Rosália Cristina Sousa Calvagem¹²
Thiago Marques do Nascimento¹³
Wisney Emanuel Carvalho Sousa¹⁴
Orientador: Rômulo Portela Lima¹⁵

RESUMO: Na contemporaneidade, muitos países adotam o seu sistema jurídico baseado em leis escritas, isto é, positivado por meio de textos documentados. No Brasil, as normas são elaboradas predominantemente pelo legislador, contudo, este não é o único a produzir as leis, há a participação do executivo e judiciário que atuam, dentro de suas competências, na produção delas. Nesse sentido, o presente artigo objetivou trazer ao debate o aspecto da inflação legislativa e a ineficácias de leis que permeiam o ordenamento jurídico brasileiro. Assim, utilizou-se da pesquisa bibliográfica para a construção do presente trabalho, com a coleta e análise de dados em livros, revistas, livros, periódicos, sites especializados, artigos teses e dissertações, em uma abordagem descritiva. Com a produção da pesquisa pôde-se evidenciar que o aperfeiçoamento ou reformulação das normas já existentes é um caminho para barrar a produção em massa delas, uma vez que muitas não surtem os efeitos técnicos ou sociais esperados e acabam somente por inflar o ordenamento jurídico brasileiro, o que demonstra a falha evidente do Estado na aplicação das normas existentes, tornando-as ineficientes.

Palavras - chave: Inflação Legislativa. Ineficácia das Leis. Ordenamento Jurídico Brasileiro.

¹⁰ Acadêmico do III período do curso de Direito da Faculdade do Baixo Parnaíba – FAP. E-mail: alexandrenunes369@gmail.com

¹¹ Acadêmico do III período do curso de Direito da Faculdade do Baixo Parnaíba – FAP. E-mail: cristhianpestana5@gmail.com

¹² Acadêmica do III período do curso de Direito da Faculdade do Baixo Parnaíba – FAP. E-mail: rcalvagem@gmail.com

¹³ Acadêmico do II período do curso de Direito da Faculdade do Baixo Parnaíba – FAP. E-mail: thiagomarquesn@hotmail.com

¹⁴ Acadêmico do III período do curso de Direito da Faculdade do Baixo Parnaíba – FAP. E-mail: wisneymanuel@gmail.com

¹⁵ Professor da Disciplina de Introdução ao Estudo do Direito da Faculdade do Baixo Parnaíba – FAP. Pós-graduado em Direito Constitucional e em Direito Processual Civil.

ABSTRACT: Nowadays, many countries adopt their legal system based on written laws, that is, affirmed through documented texts. In Brazil, the rules are predominantly elaborated by the legislator, however, this is not the only one to produce the laws, there is the participation of the executive and judiciary that act, within their competences, in the production of them. In this sense, this article aimed to bring to the debate the aspect of legislative inflation and the ineffectiveness of laws that permeate the Brazilian legal system. Thus, bibliographic research was used to construct this work, with the collection and analysis of data in books, magazines, books, periodicals, specialized websites, articles, theses and dissertations, in a descriptive approach. With the production of the research, it was possible to show that the improvement or reformulation of existing norms is a way to stop their mass production, since many do not have the expected technical or social effects and end up only inflating the Brazilian legal system, which demonstrates the State's evident failure to apply existing norms, making them inefficient..

Keywords: Legislative Inflation. Ineffectiveness of Laws. Brazilian Legal System.

1 INTRODUÇÃO

Hodiernamente, é notório que o Brasil enfrenta diversas problemáticas nos mais variados setores. No entanto, é interessante destacar duas temáticas pouco discutidas pela sociedade no que tange o setor jurídico: a inflação legislativa e a ineficácia das leis.

A primeira delas está relacionada ao fato de que o Estado Brasileiro cria diversas regras sociais que, majoritariamente, são desnecessárias à sociedade. A segunda temática diz respeito à ineficácia das leis, que é o porquê de diversas leis não serem efetivamente cumpridas, assim como manda o ordenamento jurídico.

Segundo uma análise feita pelo professor, jurista e magistrado Ives Gandra Filho, o atual ordenamento jurídico brasileiro possui mais de trinta e quatro mil regras legais. É um consenso entre os juristas brasileiros que muitas delas são contraditórias, inconsistentes e infimamente embasadas, o que prejudica o cumprimento da justiça (OLIVIERI, 2021).

Toda lei tem por objetivo evitar que uma determinada situação ocorra, mas se por acaso esta venha acontecer, automaticamente ocorre a ineficácia da lei, o que ocasiona no não cumprimento do papel do Direito. O não cumprimento das leis se dá não somente à falta de clareza destas, mas também com à insuficiência de recursos do Estado para que estas venham a ser cumpridas o que dificulta sua aplicabilidade.

2 INFLAÇÃO LEGISLATIVA

A Inflação Legislativa é uma expressão utilizada para designar a produção em demasia de leis. Carnelutti foi um dos primeiros juristas a cunhar o termo inflação legislativa. O termo ficou conhecido também como fenômeno jurídico de hipertrofia da lei. A inflação legislativa está presente há décadas no estado brasileiro. No artigo de Cleiton Ribeiro de Souza, ele demonstra que o excesso de leis pode trazer instabilidade ao ordenamento jurídico.

A inflação legislativa, inchaço no ordenamento jurídico vigente, pode decorrer também de normas elaboradas para regular situações concretas em específico. Afastando-se do caráter geral e abstrato inerente a lei (SOUZA, 2007).

Carnelutti define (apud SOUZA, 2007, p. 2) verbera que inflação legislativa ou “hipertrofia da lei” é a produção em massa de leis, sendo um fenômeno responsável não só pela diminuição da possibilidade de formação cuidadosa e equilibrada das normas como também pelo caos ao ordenamento jurídico. O autor pontua ainda que essa inflação decorre de certo fascínio que a sociedade moderna tem pelas leis.

Segundo o estudo realizado pelo professor Alcino Salazar (apud SOUZA, 2007), em 1961, o levantamento estatístico da legislação brasileira até dezembro de 1960 correspondia a aproximadamente cem mil leis, decretos-leis e decretos. Entretanto, observa-se que, decorridos cinquenta anos do estudo citado, houve poucas mudanças e, em muitos casos, intensificou-se essa realidade.

Ressalta-se que a inflação legislativa não é obrigação exclusiva do poder legislativo, ademais ao poder judiciário (pequenas proporções) e do executivo. Tornando presentemente a medida provisória o principal mecanismo de fabulação legislativa por assumir o papel que já coube aos decretos-leis no passado.

3 INEFICÁCIA DAS LEIS NO BRASIL

A lei é o principal elemento de contrato social, pois é a maneira pela qual ele se exterioriza. É também a garantia do seu cumprimento e, conseqüentemente, da paz social. A lei sem eficácia não só no Brasil, mas no mundo, é um problema que pode e poderia trazer sérias conseqüências, pois leis sem aplicabilidade nenhuma, causaria um aumento desenfreado da violência, furtos e etc. A lei se encontra na base de sustentação do Estado e não há necessidade de que seja escrita, desde que obedecida pelos que estão sob o seu jugo, poderia produzir todos os seus efeitos. Claro que, quando a formalidade da escrita for exigida por determinado Estado, esta deverá ser respeitada.

O Direito, portanto, é o conjunto dessas leis e demais normas que moldam a sociedade, levando ao caos, essa sociedade, caso essas normas sejam desfeitas. Porém em uma pesquisa feita em São Paulo da Fundação Getúlio Vargas, divulgado nesta sexta-feira, 28, aponta que 76% da população afirma ser 'fácil desobedecer à lei no Brasil'. Não só o fato de não haver respeito pelas leis como elas não tem uma boa aplicação ocorre que o sistema criminal brasileiro ainda é muito falho, além também de ser mal aplicado pelo judiciário faz com que, cada vez mais haja impunidade no nosso país.

Assim, personalidades da alta sociedade e grandes poderosos ainda conseguem driblar a justiça com as inúmeras lacunas existentes nas leis atuais, permitindo que os mesmos se utilizem de todos os remédios constitucionais “cabíveis” e não cabíveis, bem como recursos e mais recursos para poderem responder em liberdade.

Preceitua o texto constitucional de 88 que “Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade de direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade.” A lei é algo criado para proteger e o povo brasileiro tende a ir contra o direito que recebeu desde o seu nascimento.

4 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A pesquisa científica é uma ferramenta indispensável para o aperfeiçoamento da humanidade, e constitui-se, indubitavelmente, como um fio condutor das transformações e avanços do mundo real. É a partir da investigação de problemas e/ou fenômenos que o homem busca resposta para resolução de seus conflitos.

Posto isso, no que concerne à pesquisa Gil (2019, p. 1), conceitua que:

Pode-se definir pesquisa como o procedimento racional e sistemático que tem como objetivo fornecer respostas aos problemas que são propostos. A pesquisa é requerida quando não se dispõe de informação suficiente para responder ao problema, ou então quando a informação disponível se encontra em tal estado de desordem que não possa ser adequadamente relacionada ao problema.

O trabalho investigativo e científico demanda cautela e objetividade de todo pesquisador e exige, ainda, planejamento e racionalidade, pois são fatores essenciais para se lograr êxito em qualquer trabalho que visa o estudo sistemático de fenômenos em qualquer área de conhecimento.

Nesse contexto, para a construção do presente trabalho, inicialmente, escolheu-se como tipo de pesquisa a bibliográfica, sob a abordagem do método descritivo. Após a definição do tipo de pesquisa, foram realizadas pesquisas em algumas plataformas de trabalhos acadêmicos como Scielo, Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD) e Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), a partir das palavras-chave: inflação

legislativa, ineficácia das leis e ordenamento jurídico brasileiro. O trabalho também se fundamentou em livros, periódicos, revistas científicas, sites especializados dentre outras fontes relacionadas à temática.

Acerca da pesquisa bibliográfica Gil (2019, p. 28), afirma:

A pesquisa bibliográfica é elaborada com base em material já publicado. Tradicionalmente, esta modalidade de pesquisa inclui material impresso, como livros, revistas, jornais, teses, dissertações e anais de eventos científicos. Todavia, em virtude da disseminação de novos formatos de informação, estas pesquisas passaram a incluir outros tipos de fontes [...] bem como o material disponibilizado pela internet.

O contato com a literatura inerente à temática pesquisada pode-se dar das mais variadas formas, como mencionado no fragmento acima. Os canais de acesso são os mais diversificados possíveis. Inclusive, com o surgimento de novos gêneros e produção textual, tornou-se ainda mais acessível a quantidade de materiais aos pesquisadores. Assim, a coleta dos dados e análise documental dos matérias, permite ao acadêmico se familiarizar e conhecer os diversos ponto de vista que outros pesquisadores também tem sobre a mesma linha de pesquisa.

A pesquisa descritiva, na visão de Triviños (1987, p. 110), objetiva “[...] descrever com exatidão os fatos e fenômenos de determinada realidade”, nesse sentido, portanto, evidencia-se que a abordagem descritiva como modo de busca investigativa é eficaz no auxílio pela busca de respostas dentro das pesquisas, além de proporcionar ao acadêmico pesquisador uma visão holística acerca do tema pesquisado.

5 AS CONSEQUÊNCIAS DA INFLAÇÃO LEGISLATIVA E DA INEFICÁCIA DAS LEIS NO ORDENAMENTO JURÍDICO BRASILEIRO

Assim como foi expresso nas laudas anteriores, existem alguns problemas no ordenamento jurídico brasileiro sendo dois deles a inflação legislativa e a ineficácia das leis no Brasil, mas qual a correlação entre esses dois temas?

Assim como apresentado, a inflação legislativa é um termo utilizado para expressar um fenômeno na criação de leis, que seria a alta quantidade de leis presentes no ordenamento jurídico brasileiro e a produção em massa de novas leis, a explicação está em nossas raízes: Bruno Garschagen, ao fazer uma análise histórica de nossa formação cultural, demonstrou que o estatismo brasileiro “não é um acaso, e sim uma obra de séculos”. E isso se reflete na opinião do eleitorado: se olharmos sites que pedem a opinião popular sobre proposições dos parlamentares, é comum que a maioria delas seja aprovada pelo público – e as redes sociais comprovam isso. Em suma, os legisladores ofertam o que o eleitorado demanda.

O professor da PUCPR Dean de Almeida colabora com esse entendimento:

Muitas vezes o parlamentar sabe que o projeto é absurdo, mas, para não ‘passar em branco’ diante dos eleitores, propõe sugestões das mais descabidas”. Dessa forma, a associação entre aprovar inúmeras leis e ser um congressista eficiente tem sido tratada como absolutamente natural. Esse consenso do eleitorado acaba estimulando a produção delas, mesmo que inúteis, inconstitucionais, irresponsáveis fiscalmente, irrelevantes ou ruins” (ALMEIDA, apud SPERANDIO, 2016, p. 1).

Fenômeno esse que pode ser diretamente ligado com outro problema jurídico que é a ineficácia das leis no Brasil, podemos dizer que um grande percentual das leis ineficazes do Brasil se dá em decorrência da inflação legislativa, pois assim como dito a cima muitas leis no país não tem sua eficácia garantida seja por ter sido considerada constitucional como por ser algo que não seja relevante socialmente, como uma lei produzida no ano de 1984 na cidade de Rio Claro/SP, lei essa que proibiria os habitantes locais de comer melancia.

Não são raros de casos como esses aparecerem, mas não somente casos semelhantes a esses, no Brasil existe um alto número de leis que se tornam desnecessárias pois o que elas legislam pode ser algum padrão social ou até mesmo um Direito Natural que não precisa está escrito para exercer poder.

6 CONCLUSÃO

Diante de tudo aqui exposto, entende-se que é fato que as relações sociais são complexas, dinâmicas e, portanto, muitas delas passam a ser objeto de regulação por parte do Estado, o qual detém a tutela punitiva ou de controle de comportamentos e condutas dentro de um Estado Democrático de Direito.

Nesse contexto, a forma encontrada pelo Estado, por intermédio do legislador e de normas exaradas, também, pelo poder judiciário e executivo, para manter a ordem, a organização e estabelecer parâmetros de convivência no âmbito social, se materializa por meio da elaboração e aplicação das leis, tendo em vista o sistema jurídico adotado pelo Brasil o *Civil law* ter influência sólida da corrente positivista. Contudo, cabe salientar que atualmente percebe-se um abuso por parte do Estado na edição exacerbada de leis que influenciam, negativamente, no exercício de direitos do cidadão.

A edição inconsequente de leis que visam, por exemplo, burocratizar a vida dos membros do corpo social, trazer-lhes limitações ou até mesmo a produção de normas que podem ser consideradas desnecessárias por versarem, similarmente, sobre a mesma temática, geram transtornos sérios à democracia quando fica evidente afronta às garantias fundamentais, além da possibilidade de deixar máculas ao princípio da unidade do ordenamento jurídico.

Compreende-se, portanto, que a solução para a resolução dos mais variados conflitos que permeiam a sociedade não está na elaboração excessiva de normas, pois quantidade não é sinônimo de eficiência e muito menos de justiça.

Sendo assim, acredita-se que o aperfeiçoamento ou reformulação das normas já existentes é um caminho para barrar a produção em massa delas, uma vez que não surtem os efeitos esperados e acabam somente por inflar o ordenamento jurídico brasileiro, e só demonstra a falha evidente do Estado na aplicação das normas existentes, tornando-as ineficientes.

REFERÊNCIAS

- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República, [2016]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm. Acesso em: 28 out. 2021.
- GIL, Antônio Carlos. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2019.
- GONÇALVES, Rayanne de Souza. **A ineficácia e a má aplicabilidade das leis do nosso Sistema Criminal**. Conteúdo Jurídico, Brasília-DF: 30 out 2021. Disponível em: <https://www.conteudojuridico.com.br/consulta/Artigos/36745/a-ineficacia-e-a-ma-aplicabilidade-das-leis-do-nosso-sistema-criminal>. Acesso em: 30 out. 2021.
- LGF. **As 19 leis mais estranhas do Brasil e do mundo: curiosidades**. 2020. Disponível em: <https://www.lfg.com.br/conteudos/curiosidades/geral/as-19-leis-mais-estranhas-do-brasil-e-do-mundo>. Acesso em: 29 out. 2021.
- OLIVIERI, Antônio Carlos. **Legislação: mais de 34 mil leis “ordenam” a vida dos brasileiros**. Portal Uol Educação. 2021. Disponível em: <https://educacao.uol.com.br/disciplinas/cidadania/legislacao-mais-de-34-mil-leis-ordenam-a-vida-dos-brasileiros.htm>. Acesso em: 29 out. 2021.
- SOUZA, Clayton Ribeiro de. **A inflação legislativa no contexto brasileiro**. Revista da AGU, Brasília, v. 11, n. 33, 2007. Disponível em: <https://www.jornaleletronicofivj.com.br/jefvj/article/download/39/39/77>. Acesso em: 26 out. 2021.
- SPERANDIO, Luan. **Porque as leis brasileiras são tão ruins e inaplicáveis?** Instituto Mercado Popular. 2016. Disponível em: <https://mercadopopular.org/analise-economica-do-direito/por-que-as-leis-brasileiras-sao-tao-doidas/#social-link>. Acesso em: 28 out. 2021.
- TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução à pesquisa em Ciências Sociais: a pesquisa qualitativa em Educação**. São Paulo: Editora Atlas, 1987.

INTERAÇÃO SOCIAL E SAÚDE MENTAL NO AMBIENTE DE TRABALHO

SOCIAL INTERACTION AND MENTAL HEALTH IN THE WORKPLACE

Rayssa Cristhália Viana da Silva¹

RESUMO: O presente trabalho aborda a interação social e saúde mental no ambiente de trabalho, com foco no trabalhador e sua qualidade de vida. Ressalta o quanto um ambiente favorável interfere positivamente, pautado no trato pessoal e coletivo, como os grupos formados. Mostra como uma gestão eficiente, pautada no bem-estar do trabalhador influi positivamente na vantagem competitiva. Afirma que a gestão de pessoas, visando a valorização, satisfação e motivação do profissional pode favorecer as interações e melhorar o clima organizacional. Elenca os pontos positivos de um clima organizacional favorável e ressalta a importância de condições de trabalho e seus benefícios para o empregador e colaborador. Aponta a questão da saúde mental e como podem ser evitadas algumas doenças mentais, assim como o sofrimento, estresse e a angústia. Para a sua elaboração, foi usado o levantamento bibliográfico na área, que versam de forma concisa e pontual acerca dos métodos de melhorias no ambiente de trabalho e seu impacto na saúde do profissional. Conclui sobre a importância da visão holística para a interação social e qualidade de vida para a prevenção de doenças mentais, mediante a análise clínica de um psicólogo, profissional que pode dar o respaldo necessário para que o trabalhador não seja prejudicado.

Palavras - chave: Interação social. Saúde mental. Ambiente de Trabalho.

ABSTRACT: This paper discusses about the social interaction and mental health in the workplace, focusing on workers and their quality of life. Emphasizes how a favorable environment interferes positively, based on personal treatment and collective, as the groups formed. It shows how efficient management, based on worker well-being positive influence on competitive advantage. It states that the management of people seeking recovery, satisfaction and motivation of the professional can encourage interactions and improve the organizational climate. It lists the positives of a favorable organizational climate and underscores the importance of working conditions and benefits for employer and employee. Points to the issue of mental health and how they can be avoided some mental illnesses, as well as suffering, stress and anxiety. For its preparation, it used the literature in the area, claiming concise and timely manner about the methods of improvements in the work

¹ Graduada em Biblioteconomia pela Universidade Federal do Maranhão (UFMA), Bibliotecária da Faculdade do Baixo Parnaíba (FAP).

environment and its impact on health professional. It concludes on the importance of holistic vision for social interaction and quality of life for the prevention of mental illness through clinical analysis of a psychologist, a professional who can give the necessary support so that the worker is not harmed.

Keywords: Social interaction. Mental health. Desktop.

1 INTRODUÇÃO

As interações sociais e a saúde mental no trabalho têm influenciado fortemente na forma de produção eficiente. Discutir essa questão é fundamental para que haja uma melhor integração do trabalhador e, também, para que não haja abusos e, posteriormente, prejuízos – nem na esfera econômica (empresarial) e nem para o colaborador. De fato, com a crescente demanda e a forma de gerir cada vez mais exigente torna-se mais difícil manter um equilíbrio entre o setor administrativo e operacional.

Ter uma visão mais ampla das interações sociais, assim como as condições de trabalho visando a qualidade de vida, interfere não só na produtividade, mas no atendimento da necessidade do trabalhador. Sendo assim, interfere não só em sua realização pessoal, mas na saúde mental. Um local de trabalho apropriado, confortável, diminui o estresse e, conseqüentemente, questões como angústia, sofrimento, dentre outras.

Pensar na organização com uma visão psicossocial é fundamental, pois só assim é propiciado um ambiente saudável, com um bom clima organizacional, integrando seus colaboradores. Valorizar o profissional está além de uma boa remuneração. Um empregado que se sente bem exercendo as suas funções, sendo essas delimitadas, satisfeito e motivado com as relações interpessoais – seja entre o grupo, seja com o seu superior – produz mais e aumenta a vantagem competitiva. Para isso, o gestor deve desempenhar o papel de líder e impulsionar a sua equipe para que, juntos, possam chegar aos seus objetivos e alcançar as suas metas.

Para isso, é imprescindível o estudo para que haja uma melhor integração e conversa, que perpassa o ambiente interno e externo. Uma relação sadia entre os setores da empresa, com interações favoráveis, torna o labor menos enfadonho e o processo produtivo mais eficiente. Saber como as normas interferem e como o trabalhador está, psicologicamente falando, é fundamental para o crescimento no lucro.

O presente artigo tem como objetivo apontar como as interações sociais e a saúde mental influem na produção de uma empresa. E para a sua elaboração, foram levantados materiais bibliográficos que versam sobre o tema, tais como Albuquerque; Puente-Palacios

[20--], Barreto (2009), Vasconcelos e Faria (2008), dentre outros. O trabalho foi dividido em quatro seções e duas subseções, onde contemplam a interação social no ambiente de trabalho, condições de trabalho, satisfação e motivação, saúde mental, saúde mental no ambiente de trabalho e a conclusão. No primeiro momento, serão abordadas as relações interpessoais e como interfere no ambiente de trabalho.

2 INTERAÇÃO SOCIAL NO AMBIENTE DE TRABALHO

O ser humano, em sua essência, é um ser social. Durante o decorrer de sua trajetória, o indivíduo aprende as condutas morais, seja de comportamento em seu convívio familiar, seja na sociedade além do ambiente de conforto do lar. Assim nascem as relações interpessoais, que consistem nas interações sociais. Segundo Winter, Lana e Ferreira ([20--], não paginado):

Entende-se por interação social o processo que se dá entre dois ou mais indivíduos, em que a ação de um deles é, ao mesmo tempo, resposta a outro indivíduo e estímulo para as ações deste, ou em outras palavras, as ações de um são, simultaneamente, um resultado e uma causa das ações do outro.

A partir desta troca, há o amadurecimento, mediante o desenvolvimento emocional, intelectual e na forma de agir. Sendo assim, interfere não só no crescimento pessoal, mas também no profissional. Nesse âmbito, com a formação de grupos de trabalhos, há um certo estranhamento, visto que “O fato de estarmos em um ambiente novo provoca, momentaneamente, uma sensação de fragilidade, o que nos impulsiona a formar alianças que nos permitam sentir-se outra vez em um ambiente seguro.” (ALBUQUERQUE; PUENTE-PALACIOS, 2014, p. 387).

Nesse momento, continua a afirmar os autores, há um novo ponto a ser considerado, pois além das questões pessoais, surge uma nova necessidade a ser suprida, que consiste em:

[...] entender as normas e as regras de grupos, ou criarem normas formais, de maneira que possam auxiliar as pessoas a encontrar e construir cenários que lhes sejam mais favoráveis, gerando, como consequência, padrões de comportamentos que satisfaçam às normas organizacionais.” (ALBUQUERQUE; PUENTE-PALACIOS, 2003, p. 387).

A questão profissional é de suma importância para o amadurecimento, não só pela passagem para a vida adulta, mas, também, pelos valores apreendidos. Para uma boa parte das pessoas, o labor é um dos componentes fundamentais, não só por seu valor pecuniário e estabilidade financeira, mas por sua realização pessoal e contato social. E assim começam a serem formados os grupos de trabalho.

Desta forma, pode-se afirmar que os grupos tendem a ajustarem-se para que possam obter o mesmo fim, visto que, além do trabalhador ser uma sucessão de fenômenos que compõem a sua identidade, personalidade, ele é o resultado de suas interações e da bagagem

cultural e social decorrente delas. Tendo em vista estas afirmações, é imprescindível que haja uma visão holística durante a formulação das normas de comportamento dentro da organização, para que estas não interfiram negativamente no ambiente de trabalho que:

[...] dadas às circunstâncias do meio, pode impactar sobre as respostas emocionais e influenciar no comportamento de seus funcionários de forma global, já que os efeitos de um comportamento tendem a se propagar de um indivíduo para outro, contribuindo ou não, para um ambiente organizacional saudável (ROBBINS, 2005, apud ROLDAN, 2012, NÃO PAGINADO)

Para que haja uma melhor resposta do trabalhador, nas questões de produtividade e qualidade de serviços prestados, é preciso que as estruturas sejam pensadas não só visando o lucro, mas o bem-estar dos funcionários. Vieira (2005, apud ROLDAN, 2012, NÃO PAGINADO) nos atenta para a:

[...] importância das organizações modernas considerarem as relações de trabalho do ponto de vista social e psicológico. No primeiro, para que o trabalho seja visto como um fenômeno social, que promove a interação de grupos formais e informais que são de suma importância na realidade econômica, política e cultural do país. E no segundo, para a análise do tipo de tarefa em relação à [sic] personalidade do trabalhador, considerando que a atividade poderá ter influência direta sobre o comportamento do indivíduo dentro da empresa, e também fora dela.

O relacionamento saudável entre os profissionais é fundamental para que haja uma homogeneidade e diminuição ou erradicação de conflitos. Quando não há essa integração, as pessoas envolvidas nesse processo não conseguem entrar em um consenso e não há a formação de equipes. No primeiro momento pode-se pensar que grupo e equipe são sinônimos, mas quando se trata do campo psicossocial, não é uma afirmação precisa. No quadro abaixo é possível notar a diferença entre os dois termos e, conseqüentemente, os benefícios da formação de equipes:

Quadro 1: Características diferenciais de grupos e equipes de trabalho.

Grupos	Equipes
Esforço individual	Esforço coletivo
Responsabilidade por resultados individuais	Responsabilidade compartilhada pelos resultados globais
Objetivo de trabalho individual	Objetivo de trabalho compartilhado
Unidades de trabalho dependente	Unidades de trabalho semi autônomas [sic] ou autônomas

Fonte: Adaptado de Greenberg e Baron (1995 apud ALBUQUERQUE; PUENTE-PALACIOS, 2003, p. 400).

Como afirma Moscovici (1994, apud IESDE BRASIL, [20--], p. 38):

[...] nas empresas, a interação humana ocorre em dois níveis concomitantes e interdependentes. O nível da tarefa é o que podemos observar, que é a execução das atividades individuais e em grupos. Já o socioemocional refere-se às sensações, aos sentimentos que são gerados pela convivência.

Ademais, é dever da organização entender e propiciar qualidade de vida, que nada mais é do que a sensação de bem-estar do funcionário, com o intuito de gerar satisfação e elevar o nível de produção. Winter, Lana e Ferreira ([20--], NÃO PAGINADO), ressalta que:

A qualidade de vida no ambiente de trabalho visa facilitar e satisfazer as necessidades do trabalhador ao desenvolver suas atividades na organização através de ações para o desenvolvimento pessoal e profissional. Tem-se como ideia básica o fato de que as pessoas são mais produtivas quanto mais satisfeitas e envolvidas com o próprio trabalho.

Para que haja esse envolvimento, o gestor deve pensar em um ambiente que propicie essa sensação de bem-estar. Nesse momento diversos fatores devem ser considerados com o intuito de fornecer um ambiente favorável para a produção. Dentre estes, podemos citar o clima organizacional que, para Chiavenato (2014, p. 440):

[...] reflete o modo como as pessoas interagem umas com as outras, com os clientes e fornecedores internos e externos, bem como o grau de satisfação com o contexto que as cerca. O clima organizacional pode ser agradável, receptivo, caloroso e envolvente, em um extremo, ou desagradável, agressivo, frio e alienante em outro extremo.

Em seu discurso, Chiavenato (2014) afirma que uma organização competitiva é aquela que consegue escolher e manter, de forma adequada, as pessoas em sua atuação profissional. Sendo assim, condições de trabalho vão além de questões físicas – que são fundamentais – mas também que proporcione o conforto na área emocional.

Alguns fatores corroboram para o desgaste, como horários de trabalho fora do padrão, carga de trabalho, falta de definição ou ambiguidade de papel do funcionário, falta de controle e limitações. Um funcionário insatisfeito produz menos. Para produzir, um ambiente de trabalho favorável é o primeiro passo.

2.1 Condições de trabalho: satisfação e motivação

Para avaliar o clima organizacional é necessário ponderar sobre este no que concerne ao favorecimento à interação, assim como a saúde mental do funcionário – que será abordado mais adiante. O modo de tratar e a interação, assim como o papel do gestor que, além de ser um empreendedor na visão comercial, deve ter essa competência posta em prática de maneira mais abrangente, para granjear, também, ao fator humano na empresa. Quando ele consegue atrelar as suas competências à gestão de pessoas, ele passa do papel de chefe para o de líder. Para Burns (1978, p. 20):

Liderança é um processo no qual líderes e seguidores elevam um ao outro a níveis mais altos de moralidade e motivação, aumentando o grau de conscientização dos seguidores fazendo uso de elevados ideais e valores morais, como liberdade, justiça, igualdade, paz e humanitarismo, e não através de emoções mesquinhas, como medo, ganância, ciúmes e ódio.

A influência do líder sobre a sua equipe é um trabalho contínuo. Para tal, é preciso que este conheça as características individuais, as competências, o potencial de cada integrante da equipe para buscar o melhor desempenho sem acúmulo de estresse. Um bom diálogo é o primeiro passo. Conhecer as necessidades e ver o empregado como uma pessoa, com seus anseios e dificuldades, assim como sua carga emocional já formada é primordial para um relacionamento decente e o desempenho do trabalho. Vieira ([20--], p. 3) ressalta que:

Em algumas organizações, os processos de manutenção de pessoas são deficientes, pois são baseados na padronização: as pessoas são tratadas com padrões de generalidade, com nítido desprezo por suas diferenças e características individuais. Ainda utilizam o modelo de ordem e de obediência às cegas, com ênfase na disciplina rígida por meio de regras e de regulamentos às pessoas quanto à disciplina e ao desempenho na organização.

Saber gerir pessoas é um problema enfrentado na maior parte das organizações. Saber os limites individuais, assim como atrelar as necessidades de produção com a do profissional tem sido um grande obstáculo. Carga horárias abusivas, esforços não recompensados, abuso de funções são traços ainda muito presentes. Uma visão mais humanística nesse âmbito é a solução para muitos problemas enfrentados por grandes organizações. A vantagem competitiva está naquela que conhece o seu quadro de funcionários e, juntos, trabalham para o avanço. Deve ser uma relação benéfica e de via dupla.

Para Gil (2016, p. 19) “As Relações Humanas constituem um processo de integração de indivíduos numa situação de trabalho, de modo a fazer com que os trabalhadores colaboram com a empresa e encontrem satisfação de suas necessidades sociais e psicológicas.”. Isso implica dizer que vai além de uma questão pecuniária, o bem-estar está voltado, também, para a forma como o profissional se sente. Como um indivíduo. Valorização do seu trabalho, o que corrobora para a satisfação e motivação profissional.

Um profissional satisfeito e motivado desempenha a sua função com maior eficiência. Tendo em vista que “Satisfação no trabalho é um sentimento agradável que resulta da percepção de que nosso trabalho realiza ou permite a realização de valores importantes relativos ao próprio trabalho [...]” (WAGNER; HOLLENBECK, 2020, p. 119). Nardi, Marçal e Melo (2013) afirmam que existem três componentes chaves para a definição do trabalho, que são os valores, a importância e a percepção, ilustradas a seguir:

Quadro 2 – Componentes chaves de definição do trabalho.

COMPONENTES CHAVES	
Valores	Desejo consciente ou inconsciente de ter aquilo que lhe apraz, como uma exigência subjetiva.
Importância	Atribuídos aos valores criados na mente do indivíduo, crucial ao grau de satisfação.
Percepção	Modo como notamos a situação atual comparando-a aos valores.

Fonte: Adaptado pela autora (2021).

Apoiados nessa concepção, o indivíduo busca meios de buscar a realização dentro do seu local de trabalho. Saber que possui um lugar dentro do grupo, assim como o reconhecimento por seus esforços, que a sua atual condição de trabalho condiz com os valores que almejou faz com que haja a agregação de valor – qualidade de vida e na produção – do colaborador. Ainda sobre satisfação, Hunt e Osborn (2002, p. 96) falam que quando:

[...] formalmente definida é o grau segundo o qual os indivíduos se sentem de modo positivo ou negativo com relação ao seu trabalho, é uma atitude, ou resposta emocional às tarefas de trabalho e às suas várias facetas. Aspectos mais comuns da satisfação no trabalho relacionam-se com pagamento, desempenho e avaliação de desempenho, colegas qualidade de supervisão condições físicas e sociais do local de trabalho.

Outra questão importante é a motivação. Nardi, Marçal e Melo (2013, p. 26) apontam que “A teoria da motivação intrínseca remete ao “eu”, a busca pessoal do que queremos da vida, um sentido de caráter abstrato. Seu ápice é obtido na atividade com o decorrer de nossas necessidades pessoais e renovações.”. Esta varia de indivíduo para indivíduo e existem alguns mecanismos que podem ser usados para despertar, como o uso de bonificações ao alcance de metas estabelecidas pela empresa, dentre outras.

Cobranças demasiadas e desempenho de papel ambíguo são um dos fatores que causam desmotivação do trabalhador. Com base em cinco características encontradas dentro da teoria das características do trabalho de Hackman e Oldham (apud SPECTOR, 2005), o gestor definirá o escopo do trabalho. São essas: a) variedade de habilidades (concernentes à quantidade necessária para a realização do trabalho); b) identidade da tarefa (se o colaborador exerce todo o trabalho ou parte dele); c) significado da tarefa (impacto desta sobre as pessoas envolvidas); d) autonomia (liberdade dos funcionários de executar seu trabalho) e e) *feedback* da tarefa (saber se estão realizando bem o seu trabalho). Além de delimitarmos bem onde começa e onde termina as tarefas, outro fator para satisfação e motivação é um salário justo.

O empregador deve ter esse *feeling* para saber utilizar-se do capital intelectual de cada um, delegando a função condizente com a formação – pois o que mais vemos, hoje em dia, são profissionais exercendo cargos que não fazem parte de sua formação. Como ressalta Gil (2016, p. 60): “A gestão de Pessoas passa a assumir um papel de liderança para alcançar a excelência organizacional necessária para enfrentar desafios competitivos, tais como a globalização, a utilização das novas tecnologias e a gestão do capital intelectual.”.

Com o ambiente de trabalho favorável, que estimula a produção, propicia a satisfação pessoal e não gera desconfortos, o colaborador, além de ter um rendimento maior, tem uma tendência maior de não adquirir alguma enfermidade. Algumas empresas atentam-se somente à saúde física, que requer atenção, mas os maiores indícios de doenças são as mentais, como as que serão abordadas a seguir.

3 SAÚDE MENTAL

Em estudos realizados foram constatados que a insatisfação é vista como fator concomitante para problemas de saúde, físicos e mentais, dentre os quais são ressaltados os problemas para dormir e dores estomacais, além de emoções negativas no trabalho (SPECTOR, 2012). Situações estressantes corroboram para o comprometimento da saúde mental, visto que:

Ser capaz de se dar bem com outras pessoas é um elemento importante do bem-estar e não conseguir isso pode ser fonte grave de tensão. Uma vez que as pessoas que trabalham passam tanto tempo no trabalho, as relações sociais com colegas podem ser das mais importantes, o conflito interpessoal e relações insatisfatórias com os demais podem resultar em diversas tensões. (SPECTOR, 2012, p. 436)

A saúde mental, mesmo que não seja vista com a mesma importância da saúde física, é de suma importância para o desenvolvimento do indivíduo. Muitas vezes é negligenciada devido ao seu caráter, visto que os sintomas de desacordo nessa são vistos como comuns na maioria dos casos. Pode-se notar, dentre esses sintomas, a tristeza, desânimo, perda do prazer de viver, irritabilidade, dificuldade de concentração, ansiedade e medo. Esses são os tipos de sofrimento mais comum. Com base nisso, é importante que o conceito de sofrimento seja delimitado. Brasil (2013, p. 32) nos diz que:

Sofrimento não é o mesmo que dor, embora a dor possa levar a um sofrimento, mas não é qualquer dor que nos faz sofrer. Da mesma forma, o sofrimento não equivale a uma perda, embora as perdas possam, ocasionalmente, nos fazer sofrer. [...] Sendo assim [...] podemos entender o sofrimento como essa vivência da ameaça de ruptura da unidade/identidade da pessoa. Tal modelagem nos permite que a abordagem do sofrimento psíquico – seja ele enquadrado nas situações descritas como sofrimento mental comum ou nos casos de transtornos graves e persistentes, como as psicoses – possa adquirir maior inteligibilidade e estratégias de ação mais racionais, abrangentes, e menos iatrogênicas.

As doenças mentais, em suma, são anomalias no âmbito psicológico que podem comprometer o indivíduo, seja em suas interações, seja com agravos em outros problemas de saúde. Casos mais graves podem requerer intervenções. Sendo assim:

As intervenções em saúde mental devem promover novas possibilidades de modificar e qualificar as condições e modos de vida, orientando-se pela produção de vida e de saúde e não se restringindo à cura de doenças. Isso significa acreditar que a vida pode ter várias formas de ser percebida, experimentada e vivida. Para tanto, é necessário olhar o sujeito em suas múltiplas dimensões, com seus desejos, anseios, valores e escolhas (BRASIL, 2013, p. 23).

Dados do Ministério da Saúde apontam um crescimento alarmante em doenças mentais devido ao crescente estresse. Esses tipos de anomalias podem interferir em outras doenças físicas, tais como as que podem ser observadas na figura a seguir:

Figura 1 – Níveis de interferência da doença mental em doenças físicas.

Quadro 1 – Associação entre problemas de saúde mental e outros agravos à saúde

	T. Mental é fator de risco	T. Mental piora aderência ao tratamento	T. Mental piora prognóstico
Doenças não infecciosas			
Depressão/ansiedade e doença coronariana	4	2	3
Depressão e AVC	3	0	3
Depressão/ansiedade e diabetes	1	3	3
Doenças infecciosas			
Dependência química e HIV/aids	2	3	3
Alcoolismo e tuberculose	2	3	3
Depressão/ansiedade e tuberculose	0	3	0

Legenda: 4= associação forte confirmada por meta-análise ou revisão sistemática; 3= associação consistente confirmada por diversos estudos; 2= associação confirmada por um estudo; 1= associação inconsistente; 0= nenhuma associação confirmada; ND= dados inexistentes

Fonte: Modificado de Prince *et al* (2007 apud BRASIL, 2013, p. 94)

Embora seja de consenso comum por profissionais que não estudam essa área, o quadro acima mostra o quanto ter uma boa saúde mental interfere na saúde física. Sendo assim, é imprescindível diagnosticar para que não haja o agravo.

Com a demanda no mercado de trabalho cada vez mais crescente, há uma cobrança maior do trabalhador. O medo de perder o emprego, assim como perder a sua função no seio familiar – geralmente de provedor, assim como a desvalorização profissional são sentimentos que vêm assolando boa parte da sociedade brasileira e mundial. A saúde mental no ambiente de trabalho tem sido discutida em estudos, mas ainda é uma questão delicada no tocante a melhorias no ambiente de trabalho e tratamento dos profissionais.

3.1 Saúde mental no ambiente de trabalho

O mundo globalizado e o aumento na competitividade organizacional requerem do trabalhador, cada vez mais, uma miríade de competências e habilidades. A busca do lucro, com maximização da produtividade e um gasto menor com o contingente e o tempo, pede um perfil de profissionais que se assemelha a uma máquina, o que corrobora para o surgimento de distúrbios mentais. Dados do Ministério da Saúde (BRASIL, 2001 apud VASCONCELOS E FARIA, 2008, NÃO PAGINADO), apontam que “[...] os transtornos mentais e do comportamento relacionados ao trabalho são resultados de contextos de trabalho em interação com o corpo e o aparato psíquico dos trabalhadores.”.

Ter consciência dos cuidados com a saúde mental do trabalhador é de suma importância, “[...] pois é através do conhecimento que podemos evitar, diminuir e alicerçar novas ideias aos problemas agravados ou provocados pelo trabalho tanto em nível individual como coletivo.” (JACQUES, [20--], NÃO PAGINADO). Ainda em sua fala, a autora diz que:

Alguns elementos são reconhecidos como aqueles que têm certa interferência, ou uma tendência, a participar ativamente na qualidade de saúde mental do trabalhador na sua relação com o trabalho. Primeiramente, cabe discursar sobre a importância da motivação no trabalho. (JACQUES, [20--], NÃO PAGINADO).

O aumento do fluxo do trabalho fez com que houvesse um crescimento na exploração da mão-de-obra, visto que para se manter em uma posição privilegiada, frente às demais organizações, com desenvolvimento econômico superior, houve o crescimento no ritmo de trabalho e processo produtivo. Barreto (2009, p. 5) afirma que:

Quanto mais se intensificou o trabalho, maior lucratividade foi alcançada, em menor tempo e com menos pessoas, diminuindo na aparência, os pontos de conflitos e contradições, na medida em que os trabalhadores não dispõem de tempo para tecer amizades societárias, ser solidários com o outro ao seu lado, sair com os amigos ao final do expediente. A lógica dominante é: trabalhar e trabalhar sob a ameaça constante do desemprego, como se os trabalhadores não sentissem desejos ou tivessem necessidades.

Com essa prerrogativa, resta nos questionar: quais os impactos dessa nova forma de gestão na saúde mental do trabalhador? Deve haver um olhar mais aguçado para as doenças mentais, visto que são mais silenciosas. Ao contrário do que muitos empregadores acreditam, a segurança no trabalho não está restrita ao lado físico, visto que, como Robbins (2005, p. 89, apud ROLDAN, 2012, NÃO PAGINADO) aponta: “[...] os trabalhadores despendem de esforço físico e mental, pois colocam o corpo e a mente na realização de suas tarefas [...]”.

O estresse vem levado ao desgaste emocional grande que, muitas vezes, é um dos grandes causadores de acidentes de trabalho. O labor não está separado do indivíduo, é parte do processo de desenvolvimento do mesmo. Além de ser um local de busca de sustento, com

valor pecuniário e remuneração mediante a produção, o lado emocional está intimamente ligado. Como Winter, Lana e Ferreira ([20--], NÃO PAGINADO) apontam:

O ambiente psicossocial do trabalho inclui a cultura organizacional, bem como atitudes, valores, crenças e práticas cotidianas da empresa que afetam o bem-estar mental e físico dos trabalhadores. Fatores que podem causar estresse emocional ou mental são muitas vezes chamados de “estressores” do local de trabalho.

São inúmeros os impactos de um ambiente desfavorável no colaborador. Se, como foi abordado na seção anterior, não houver o atendimento das necessidades do trabalhador – não só com as questões de interação, mas na qualidade de vida, condições de trabalho e, principalmente, no modelo de gestão que englobe cuidados com o bem-estar psicológico – a saúde mental será comprometida. Dentre essas complicações podem-se citar algumas características, tais como o sofrimento, a angústia e a doença mental. Vasconcelos e Faria (2008, NÃO PAGINADO), afirma que:

Embora a presença de sintomas se mostre como condição necessária para detectar uma doença mental, sua ausência não significa a constatação de Saúde Mental. Portanto, é preciso ir além da aparência do fenômeno para que se possa "escutar" o mal-estar, o sofrimento no qual ainda não há doença manifesta.

Um bom relacionamento – como abordado anteriormente – é o primeiro passo para que as medidas de prevenção e tratamento sejam tomadas. Saber ouvir o colaborador, com seus anseios, propiciando um ambiente com um bom clima organizacional, qualidade de vida, assim como motivações para que esse profissional se sinta inteirado na empresa são posturas que devem ser tomadas pelo gestor. O desgaste físico e emocional podem ser o diferencial, não só quando falamos em competitividade, mas no valor agregado no produto final.

Existem alguns tipos de desgastes causados pelo estresse que desencadeiam reações diversas, tais como: psicológicas, físicas e comportamentais. Spector (2012) elenca alguns sintomas, apresentados no quadro abaixo:

Quadro 3 – Reações e respostas em condições de estresse.

REAÇÕES E RESPOSTAS EM CONDIÇÕES DE ESTRESSE	
Reações	Sintomas
Emocionais	Ansiedade; Frustração.
Físicas	Dores de cabeça; Problemas digestivos; Câncer; Outras doenças.
Comportamentais	Uso de substâncias, tais como o fumo; Acidentes; Comportamento contraproducente.

Fonte: Adaptado pela autora (2021).

A preocupação deve ser constante. A saúde mental é tão importante quanto a saúde física e, por não ter sintomas mais evidentes, deve ser analisada com ainda mais rigor. As empresas devem ter mecanismos para avaliar a saúde mental dos seus trabalhadores e, para tal, torna-se imprescindível a inclusão de um psicólogo em seu quadro de funcionários. Somente desta forma a empresa conseguirá, com eficiência, alcançar as suas metas sem prejudicar o seu colaborador. Em casos mais extremos, além do tocante à saúde física, há os casos de suicídio, que podem ser evitados com o devido tratamento.

4 CONCLUSÃO

As interações sociais são inerentes às pessoas desde a sua mais tenra infância. Toda a sua carga emocional foi construída com o tempo e, até mesmo no ambiente de trabalho, ela será aperfeiçoada para que haja a melhor relação entre os indivíduos que compõem o quadro de funcionários. Manter o ambiente laboral saudável é dever da empresa, para que haja uma melhor qualidade de vida para os seus colaboradores.

Questões como clima organizacional, gestão de pessoas, satisfação e motivação do trabalhador devem ser levadas em conta. Um profissional satisfeito é menos propenso a ter alguma anomalia psicológica. Sendo assim, a valorização, integração, sensação de importância e de trabalho reconhecido têm sido de suma importância quando falamos de saúde mental e interação social dentro do ambiente de trabalho. Saber gerir está em, além de ter uma visão empreendedora para os negócios e seu capital pecuniário, saber ter ações proativas com o trato de pessoas, gestão de recursos humanos e capital intelectual.

Em contrapartida, é muito fácil diagnosticar as falhas recorrentes às questões de ambiente físico de trabalho. As condições, como horários e melhorias na gestão e no ritmo de trabalho e processo de produção são imprescindíveis para a prevenção de distúrbios e, consequentemente, doenças mentais. No cenário atual estar com a saúde mental em dia é essencial para a empresa, não só para o trabalhador. Um funcionário com melhor disponibilidade para o trabalho produz mais e a qualidade do seu trabalho aumenta consideravelmente.

Quebrar com os modelos de gestão baseado em “ordem e obediência” é papel do líder, que tem um grande peso na saúde mental. Com menos cobranças, uma equipe compromissada, diminuição de situações de estresse, a produção cresce e a vantagem competitiva eleva. O mesmo critério e comprometimento usados para escolher o empregado

devem ser usados para manter o profissional na empresa, sem pressões, mas por satisfação. Não por necessidade, mas por estar motivado a estar naquele ambiente agradável.

Para melhorar as interações e prevenir as doenças mentais é necessário a intervenção de um psicólogo no ambiente organizacional. Ele dará as diretrizes necessárias para que o local de trabalho seja favorável, não só para a produção eficiente, mas para o crescimento pessoal e em grupo. São com colaboradores satisfeitos que se aumenta a competitividade. O segredo dos grandes negócios está não só em uma administração eficaz, mas em servidores cada vez mais empenhados.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, F. J. B. de; PUENTE-PALACIOS, K. E. Grupos e equipes de trabalho nas organizações. In: **ZANELLI, José Carlos; BORGES-ANDRADE, BASTOS, Jairo Eduardo; Antonio Virgílio Bittencourt. Psicologia, organizações e trabalho no Brasil. 2. Ed.**Porto Alegre: Artmed, 2014.

BARRETO, M. Saúde Mental e Trabalho: a necessidade da “escuta” e olhar atentos. **Cad. Bras. Saúde Mental**, São Paulo, v.1, n.1, jan./abr., p. 1-9, 2009. Disponível em: <http://incubadora.periodicos.ufsc.br/index.php/cbsm/article/view/1009>. Acesso: 12 nov. 2021.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. **Saúde mental: cadernos de atenção básica**, nº 34. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2013. Disponível em: http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/cadernos_atencao_basica_34_saude_mental.pdf. Acesso em: 20 nov. 2021.

BURNS, J. M. **Liderança**. São Paulo: Futura, 1978.

CHIAVENATO, I. **Gestão de pessoas: o novo papel dos recursos humanos nas organizações**. 4. ed. Rio de Janeiro: Campus, 2014.

GIL, Antônio Carlos. **Gestão de Pessoas: enfoque nos Papéis Profissionais**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2016.

HUNT, J.; OSBORN, R. **Fundamentos do comportamento organizacional**. São Paulo: Bookman 2002.

IESDE BRASIL. **Relações interpessoais e qualidade de vida no trabalho**. [20--]. Disponível em: <http://www.foar.unesp.br/Home/projetoviverbem/relacoes-interpessoais-e-qualidade-de-vida-no-trabalho.pdf>. Acesso em: 20 nov. 2021.

JACQUES, A. C. Portal de mineração brasileira. **Saúde Mental e Trabalho**. [S. l.], [20--]. Disponível em: <http://brasilminingsite.com.br/anexos/artigos/55_0.pdf>. Acesso em: 13 nov. 2021.

NARDI, A.; MARÇAL, C. Z.; MELO, F. de P. Satisfação no trabalho: um estudo de caso numa empresa terceirizada. **Rev. Científica Eletrônica UNISEB**, Ribeirão Preto, v. 1, n. 1, jan./jun. 2013. p. 20-35. Disponível em: https://aedmoodle.ufpa.br/pluginfile.php/168135/mod_forum/attachment/267696/Estudo%20de%20Caso.pdf?forcedownload=1. Acesso em: 14 nov. 2021.

ROLDAN, Josie. **A relação entre saúde mental e trabalho**. 2012. Disponível em: http://www.viaseg.com.br/noticia/13337-sso__a_relacao_entre_saude_mental_e_trabalho.html. Acesso em: 13 jul. 2021.

SPECTOR, P. E. **Psicologia nas organizações**. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 2012.

VASCONCELOS, A.; FARIA, J. H. de. Saúde mental no trabalho: contradições e limites. **Psicol. Soc**, Florianópolis, v. 20, n. 3, set./dez. 2008. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-71822008000300016. Acesso em: 12 nov. 2021.

VIEIRA, R. G. **A influência do clima organizacional nas empresas e nas pessoas**. Santa Catarina, [20--]. Disponível em: <https://sentidounico.com.br/wp-content/uploads/2017/08/A-influ%C3%Aancia-do-clima-organizacional-nas-empresas.pdf>. Acesso em: 13 nov. 2021.

WAGNER III, J. A.; HOLLENBECK, J. R. **Comportamento Organizacional: criando vantagem competitiva**. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 2020.

WINTER, A.; LANA, B. F.; FERREIRA, F. A. **Interação social no ambiente de trabalho**. Universidade do Vale do Itajaí, [20--].

AVALIAÇÃO DOS RESULTOS OBTIDOS NO TESTE DE TRIAGEM MONTREAL COGNITIVE ASSESSMENT (MOCA) EM DIFERENTES FAIXAS ETÁRIAS

EVALUATION OF THE RESULTS OBTAINED IN THE MONTREAL COGNITIVE ASSESSMENT TRIAL (MOCA) IN DIFFERENT AGE GROUPS

Filipe Mycael Campos Silva¹
Mírian Débora Rodrigues de Sousa²
Dannilo Jorge Escorcio Halabe³
Eliza Maria da Costa Brito Lacerda⁴
Cândida Helena Lopes Alves⁵

RESUMO: A triagem cognitiva é essencial num processo de avaliação neuropsicológica entre os diversos testes encontra-se o *Montreal Cognitive Assessment* (MOCA), que busca compreender o funcionamento cognitivo do sujeito. A pontuação máxima é de 30 pontos e avalia oito domínios cognitivos contemplando diversas áreas da cognição global. O objetivo foi Avaliação dos resultados do MOCA em diferentes faixas etárias. Todos os participantes assinaram o termo de consentimento livre e esclarecido, essa pesquisa se trata de um estudo analítico epidemiológico observacional de corte transversal que possui autorização do comitê de Ética (56466216.0.0000.50.84). Foram avaliados 92 participantes sendo que 7 foram excluídos por não está devidamente enquadrado 87 sujeitos, de idade 18 a 85 anos idade, 73 do sexo feminino, moradores de São Luís MA, Brasil, foi utilizado MOCA em português, para a análise estatística foi utilizado o teste estatístico teste t duas amostras independentes. A amostra foi dividida em dois grupos: grupo de adultos de idade 18 até 58 anos e grupo de adultos idosos de 59 à 85 anos. O grupo de 18 à 58 anos teve pontuação média de 24 com intervalo de confiança de 23 a 25. O grupo de 59 a 85 anos teve pontuação média de 18 com intervalo de confiança de 16 a 20. O grupo mais jovem teve pontuação superior ao grupo de idosos ($p < 0.05$). O MOCA é um instrumento relevante na realização da triagem. Este instrumento permite a distinção entre o desempenho de adultos e adultos idosos.

Palavras - chave: Teste de triagem. MOCA. Faixas etárias.

¹ Estudante do curso de Fonoaudiologia, estagiário do Laboratório de Neurociência e comportamento da Universidade Ceuma. São Luís MA. Brasil. E-mail: Filipemcs20@outlook.com

² Estudante do curso de Fonoaudiologia, estagiária do Laboratório de Neurociência e comportamento da Universidade Ceuma. São Luís MA. Brasil. E-mail: miriandbora@gmail.com

³ Pesquisador colaborador. Doutor em Psicologia Clínica (PUC-SP). Docente da Faculdade Santa Fé e da Faculdade Unibalsas. São Luís MA. Brasil. E-mail: dannhalabe@gmail.com

⁴ Pesquisadora colaboradora. Doutorado em Neurociências e Biologia Celular pela Universidade Federal do Pará, Brasil (2014). Docente do curso de Biomedicina, Fonoaudiologia e Odontologia. Universidade Ceuma. E-mail: elizamariacbl@gmail.com.br

⁵ Pesquisadora colaboradora. Doutorado em Neuropsicologia (revalidado pela Universidade Católica de Brasília em 2014) pelo Universidad de Salamanca, Espanha (2011). Docente do curso de Direito. Faculdade do Baixo Parnaíba. E-mail: candida.alves@hotmail.com

ABSTRACT: Cognitive screening is essential in a process of neuropsychological evaluation among the various tests, the Montreal Cognitive Assessment (MOCA), which seeks to understand the cognitive functioning of the subject. The maximum score is 30 points and evaluates eight cognitive domains contemplating several areas of global cognition. The objective was to evaluate the MOCA results in different age groups. All participants signed a free and informed consent form. This study is an observational epidemiological cross-sectional study with authorization from the Ethics Committee (56466216.0.0000.50.84). A total of 92 participants were evaluated, of whom 7 were excluded because 87 subjects were not properly classified, aged 18 to 85 years old, 73 female, residents of São Luís MA, Brazil. MOCA was used in Portuguese for statistical analysis the statistical test t test two independent samples. The sample was divided into two groups: a group of adults aged 18 to 58 years and a group of elderly adults aged 59 to 85 years. The 18- to 58-year-old group had a mean score of 24 with a confidence interval of 23 to 25. The 59- to 85-year-old group had an average score of 18 with a confidence interval of 16 to 20. The younger group scored higher than group ($p < 0.05$). This instrument allows the distinction between the performance of adults and elderly adults.

Keywords: Screening test. MOCA. Age groups.

1 INTRODUÇÃO

A avaliação neuropsicológica é uma ferramenta examina funções cognitivas, comportamentais e emocionais estabelecendo uma relação de funcionamento do cérebro com o comportamento humano individual, objetivando auxiliar no diagnóstico de comprometimento neurológico e verificar funções como; aprendizagem, humor, memória, atenção, linguagem, raciocínio (MIOTTO, 2008).

Dentro da avaliação neuropsicológica há triagens que possibilitam detectar de forma rápida de possíveis alterações no cognitivo, dentre esse o teste de Avaliação Cognitiva Montreal (*Montreal Cognitive Assessment* - MOCA) se faz de grande relevância por se tratar de um instrumento de triagem que examina um abrangente conjunto de funções cognitivas tais como; Nomeação, dígitos, funções executivas, recuperação de memória, sentença, raciocínio abstrato, orientação e habilidades visuo-espaciais (SARMENTO; BERTOLUCCI; WAJMAN, 2008).

Por sua praticidade, compreensibilidade e administração lógica faz com que o teste de triagem MOCA seja vantajoso em vários e propostas, como em pesquisa, prática clínica e hospitalar com o propósito de facilitar a ocupação profissional de saúde (CECATO, 2014).

A no âmbito do envelhecimento que é cada vez maior na população mundial, MOCA se faz de grande relevância para uma avaliação cognitiva em adultos e idosos, certo que sua medida precoce no reconhecimento de possíveis declínios cognitivos o que influi positivamente na abordagem terapêutica na clínica, e possibilita informações e dados de grande relevância para o meio científico (VIEIRA; VILELA, 2018).

Sobre o uso do MOCA com fins de pesquisa, é correto afirmar que há uma ampla quantidade artigos que abordam resultados desse teste em diversas faixas etárias (COELHO, 2012) evidenciando que o MOCA pode ser utilizado hipnotizar possíveis de padrões cognitivos de pessoas de diferentes idades pode, existem outras literaturas que mostram também a importância dessa triagem no que diz respeito a faixa etária (SALA *et al.*, 2019).

Toda via ainda há poucas pesquisas que tem como propósito principal fazer realizar o teste de triagem MOCA na cidade de São Luís do Maranhão e investigar os resultados obtidos, já que há das literaturas expõem que os resultados do MOCA sofrem influência de fatores sociodemográficos exemplo: sexo, escolaridade e idade, no que diz respeito a esses fatores, é importante dizer que o estado do maranhão está entre os estados com os menores níveis de desenvolvimento educação (BRIGOLA *et al.*, 2018). Partindo do princípio que essa pesquisa teve como objetivo fazer uma avaliação dos resultados obtidos no teste de triagem *Montreal Cognitive Assessment* (MOCA) em diferentes faixas etárias na cidade de São Luís no estado do Maranhão.

2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Trata-se de um estudo analítico epidemiológico observacional de corte transversal que possui autorização do comitê de Ética em Pesquisa em Seres Humanos da Universidade Ceuma (56466216.0.0000.50.84), para participar da pesquisa todos os voluntários deveriam assinar o termo de consentimento livre e esclarecido (TCL), foram avaliados um total de 92 participantes e todos esses responderam uma anamnese contendo uma série de perguntas a respeito do histórico de saúde global, sendo que dos 92, 7 foram tirados da amostra pelos critérios de exclusão que eram ter nenhum tipo de patologia física, mental e ou psicológica 87 (95%) sujeitos estavam dentro dos critérios de inclusão que eram saber ler e escrever e não

possuir nenhuma tipo de patologia física, mental e ou psicológica, os voluntários tinham idade 18 a 85 anos idade (média 42.384), 73 (79%) do sexo feminino, foram selecionando voluntários de diversos locais de São Luís Maranhão Brasil e todos eram residentes da cidade, o recrutamento e a realização dos testes, foram realizados no período de 09/08/2017 a 10/12/2018.

Foi utilizado Cognitive Assessment (MOCA) traduzido para português que avalia um gama de conjuntos de funções cognitivas, a primeira é função executiva por meio alternância de trilha, onde é pedido para que o voluntário desenhar uma linha, indo sempre de um letra a um número e de uma letra a um número, de forma que seja ascendente, os números e letras estão dispersos dentro de círculos, os números vão de “1” a “5” e as letras vão de “A” a “E”, sendo que o voluntário é instruído a começar no “1” e terminar na letra “E”, é dito como acerto e pontuado com um ponto se o voluntario fazer o seguinte padrão “1-A-2-B-3-C-4-D-5-E”.

Nas habilidades visuo-construtivas e pedido para o voluntário copiar um cubo que já existe no teste o mais precisamente possível onde esse será pontuado se caso a voluntário fizer um desenho tridimensional, se todas linhas do desenho forem desenhadas e se as linhas paralelas e comprimento for relativamente semelhante, logo após é solicitado que desenhar um relógio onde deverá o voluntário deve desenhar os números e esse relógio deverá estar marcando a hora 11:10, nessa tarefa o sujeito pontua até “3” pontos quando os detalhes são desenhados, exemplo: Ponteiros na posição correta da hora e minuto pedido, se os números do relógio são postos de formar correta e se os ponteiros do relógio estão apontado de forma correta.

A tarefa de nomeação e feita a partir da a mostra de 3 figuras de animais (leão, rinoceronte e dromedário) onde o sujeito deve dizer os nomes de cada um, a cada acerto é pontuado um ponto. Na tarefa de memória o examinador lê uma sequência de palavras e o voluntário deve repedi-las assim que todas forem ditas, não importando a ordem em que o mesmo possa lembrar, o voluntário é instruído a memorizar de formar que possa se lembrar em outro momento quando questionado “Anteriormente eu lhe uma sequência de palavras para você, as quais eu lhe pedi para lembrar para outro memento, então me diga quais você conseguiu lembrar? ” Essa tarefa e chamada de evocação tardia e é a única que pontua de maneira que seja espontânea e sem pistas, cada palavra vale “1”.

Para avaliar atenção é feito quatro tarefas, *span* de dígitos direto, *span* de dígitos indireto, vigilância e sete seriado, na tarefa *span* de dígitos direto o examinador fala uma sequência de números logo após o voluntário deve repetir na ordem exata todos os números;

já no *span* de dígitos indireto tem a mesma forma de aplicação com a diferença de o voluntário deve dizer os números escutado na ordem inversa ambos serão pontuados caso o voluntário acerte a ordem exata.

Na tarefa vigilância o examinador lê várias letras dispostas em ordem aleatória, e é instruído para que o voluntário cada vez que ouvir a letra “A” bater a mão na mesa uma vez e a pontuação só se dá se o voluntário não erra nenhuma letra batendo a mão na mesa em alguma momento errado ou não batendo a mão quando proferido a letra “A” pelo examinador, sete seriado é uma tarefa onde o voluntario deve subtrair 7 a partir de 100 e depois seguir subtraindo 7 da resposta até que o examinador diga pare, a sequência de subtração de 7 a partir de 100 é de “93, 86, 79, 72 e 65”, se pontua “1” ponto se caso o voluntário acerte de uma a duas subtrações, “2” pontos caso acerte de duas a três subtrações, “3” caso o voluntario tenha êxito em acertar todas as subtrações.

A linguagem é avaliada a partir de duas tarefas, replicação de sentença e fluência verbal, na replicação de sentença o examinador fala duas frases que o voluntario deve repeti-las exatamente igual faladas pelo examinador sem ter omissões, adições ou substituições, cada sentença/frase valerá “1” ponto. A abstração e avaliada a partir da tarefa é que pedindo para que o voluntario diga semelhança entre pares de palavras, a primeira “qual a semelhança entre uma banana e laranja?” Essa primeira pergunta é respondida pelo próprio examinador para que o voluntário compreenda como é a tarefa que ele precisa executar, a segunda e terceira perguntas são as que valem pontuação, cada uma valendo “1” ponto e são elas “qual a semelhança entre trem e bicicleta?” Sendo essa a segunda pergunta e a terceira pergunta é “qual a semelhança entre um relógio e régua”, as possibilidades de resposta pontuáveis da segunda são; instrumento de medida, instrumentos usados para medir, para a terceira pergunta as possibilidades de resposta pontuáveis são; meios de transporte/locomoção, meios de viajar, você viaja em ambos. Para o aspecto de orientação “tempo local exato” o voluntario tem a tarefa de dizer, dia do mês, mês, ano, dia da semana, lugar onde ele se encontra e cidade.

O resultado total é somado na margem direita do teste, máximo de pontuação que se pode obter é de 30 pontos e é considerado que acima de 26 pontos um resultado normal (o teste está anexado no anexo 1). Para a análise estatística foi utilizado o teste estatístico teste t duas amostras independentes para comparar os valores dos resultados dos participantes e o teste de normalidade para verificar se as respostas possuíam uma distribuição normal.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

A amostra foi dividida em dois grupos: grupo de adultos jovens de idade 18 até 58 anos, média de $(22 \pm 2, 5$ anos de idade) com total 50 indivíduos (58%) da amostra, e grupo de adultos idosos de 59 a 85 anos ($69 \pm 2, 5$ anos de idade) 36 indivíduos (42%) da amostra. O grupo de 18 a 58 anos teve pontuação média de 24 com intervalo de confiança de 23 a 25, nesse grupo duas pessoas obtiveram a nota máxima de 30 pontos e 11 pessoas tiveram pontuação igual a 26 ou maior, e a menor nota desse grupo foi de 19 pontos. O grupo de 59 a 85 anos teve pontuação média de 18 com intervalo de confiança de 16 a 20, nesse grupo apenas 3 pessoas obtiveram uma pontuação igual ou maior que 26 pontos, sendo que a maior nota foi 28 e a menor nota foi 3 pontos. O grupo mais jovem teve pontuação superior ao grupo de idosos ($p < 0.05$).

As tarefas do teste MOCA do grupo de adultos jovens que tiveram as menores pontuações foram, “Linguagem - Repetição de frase 1” média de 0.265 sendo que nessa tarefa 27 não obtiveram pontuação e 9 tiveram pontuação de 1 ponto, “Linguagem - Repetição de frase 2” com média de 0.571 e nessa tarefa 19 zeraram na pontuação e 17 pontuaram 1 ponto, “Abstração - Par 2” média de 0.592 e o “cubo” com média de 0.694. No grupo adultos idosos as tarefas que tiveram menores pontuação foram “Linguagem - Repetição de frase 2” com média de 0.212 sendo que nessa tarefa 28 voluntários zeraram e apenas 8 tiraram 1 ponto, “Linguagem - Repetição de frase 1” média de 0.242 nessa tarefa apenas 9 pessoas pontuaram 1 ponto 27 zeraram, “Atenção - Sequência Direta” com média de 0.303 nessa tarefa 23 não obtiveram nota e 13 conseguiram 1 ponto, na “Abstração - Par 2” a média foi de 0.333 e nesse grupo a tarefas onde tiveram as melhores pontuações foram “Nomeação” com média 2.424 e “Orientação” com média 5.727 o que não diferenciou muito do grupo adultos jovens que tem média de 5.980 (figura1).

Figura 1 – Mostra quantidade, porcentagem e média de pessoas que não obtiveram pontuação, e a quantidade, porcentagem e média de pessoas que obtiveram pontuação de 5 tarefas que demonstraram mais pertinência no estudo, encontradas no teste de triagem MOCA.

Adultos Jovens	Quantidade/Porcentagem de (0)	Quantidade/Porcentagem de (1)	Média das pontuações
Linguagem - Repetição de frase 2	21 (42%)	29 (58%)	0.265
Linguagem - Repetição de frase 1	36 (72%)	14 (28%)	0.571
Atenção - Sequência Direta	10 (20%)	40 (80%)	0.592
Abstração - Par 2	20 (40%)	30 (60%)	0.694
Adultos Idosos	Quantidade/Porcentagem de (0)	Quantidade/Porcentagem de (1)	Média das pontuações
Linguagem - Repetição de frase 1	27 (75%)	9 (25%)	0.212
Linguagem - Repetição de frase 2	28 (78%)	8 (22%)	0.242
Abstração - Par 2	22 (61%)	14 (39%)	0.303
Cubo	19 (53%)	17 (47%)	0.333

Fonte: Autores.

Em relação aos resultados observados através da perspectiva de dados sociodemográficos, observou que no grupo dos adultos jovens que o sexo feminino teve a menor pontuação, observou-se também que no grupo adultos idosos que o sexo masculino teve a menor pontuação. Quanto a idade, no geral, quanto maior idade, menor a pontuação, fazendo subgrupos nos dois grupos é possível observar que dividindo o grupo adultos jovens em 18 a 30 a 31 a 58, é possível verificar que subgrupo de idade de 31 a 58 teve a menor pontuação média de 22.6, no subgrupo do grupo de adultos idosos de 59 a 66 e de 67 a 85, pode-se observar que o subgrupo de 67 a 85 obteve a menor pontuação com média 16.391 de (Figura 2).

Figura 2 – Mostra média do resultado total do MOCA nos subgrupos de idade diversas, que foi dividido a partir dos grupos adultos Jovens e adultos idosos.

Adultos Jovens	Média do resultado total
18 a 30 (47 Indivíduos)	24
31 a 58 (3 Indivíduos)	22.676
Adultos Idosos	Média do resultado total
59 a 66 anos (13 Indivíduos)	19.231
67 a 85 anos (23 Indivíduos)	16.391

Fonte: Autores.

Quando separemos os resultados dos voluntários por grau de escolaridade percebeu que somente o grupo adulto idoso tinham escolaridade de grau fundamental incompleto um total 8 indivíduos (22%) da amostra desse grupo com uma média de 10.5 do resultado total do MOCA, também esse o único grupo que possui o grau de escolaridade de fundamental completo com 7 indivíduos (19%) dessa a mostra com uma média 17 do resultado total do MOCA. No grau de escolaridade médio incompleto os dois grupos tinham apenas 1 voluntario representando (2%) no grupo adultos jovens com pontuação de 23 na pontuação total e (3%) no grupo adultos idosos com a pontuação de 14 no total. Apenas 1 (2%) uma pessoa possuía grau de escolaridade médio completo no grupo adultos jovens com pontuação de 23 na pontuação total, e 4 (11%) pessoas do grupo adultos idosos tinham esse grau de escolaridade com uma média de 17.50 do resultado total.

No grupo de adultos jovens o grau de escolaridade superior incompleto foi a que a maioria da mostra possuía 43 indivíduos (86%) com uma média do resultado final de 24.23, no grupo adultos idosos apenas 3 (8%) pessoas possuíam esse grau de escolaridade com a média 23.67. No grau de escolaridade superior completo o grupo de adultos jovens 3 (6%) média do resultado total de 21.67, e no grupo adultos idosos 11 (31%) da amostra com média do resultado total de 26.27. Apenas no grupo adultos jovens tinham um nível de escolaridade de Pós-Graduação com 2 (4%) e esses indivíduos tiveram pontuação máxima de 30 pontos do resultado total (figura 3).

Figura 3 – Grau de escolaridade com quantidade de pessoas em cada uma, e média dos resultados totais no MOCA dos dois grupos adultos jovens e adultos idosos.

Adultos Jovens	Quantidade/Porcentagem	Média do resultado total
Fundamental Incompleto	-	-
Fundamental Completo	-	-
Médio Incompleto	1 (2%)	23
Médio Completo	1 (2%)	23
Superior Incompleto	43 (86%)	24.23
Superior Completo	3 (6%)	21.67
Pós-Graduação	2 (4%)	30
Adultos Idosos	Quantidade/Porcentagem	Média do resultado total
Fundamental Incompleto	8 (22%)	10.50
Fundamental Completo	7 (19%)	17.00
Médio Incompleto	1 (3%)	14
Médio Completo	4 (11%)	17.50
Superior Incompleto	3 (8%)	23.67
Superior Completo	11 (31%)	26.27
Pós-Graduada	-	-

Fonte: Autores.

As tarefas Linguagem - Repetição de frase 1, Linguagem - Repetição de frase 2 e Abstração - Par 2 são as três tarefas onde mais houve maiores quantidades pontuações em zero e menores médias de pontuações nos dois grupos, há literaturas que também mostram que essas são as tarefas onde existem maiores índices de erros com (MORAIS-FABRÍCIO, 2019), toda via o grupo adulto jovem obteve melhor desempenho no grupo geral, pois em se for a grande maioria dos voluntários desse grupo o pontou em 2 tarefas, exceto na tarefa Repetição de frase 1 a onde só 28% do grupo pontuou, se comparado ao resultado dessa tarefa ao grupo adultos idosos a onde observa-se que 22% do grupo pontou, o grupo adultos jovens tem um melhor resultado, podendo indicar que o desempenho nas tarefas onde há um índice de erros maiores o fator idade é um influenciador.

Pode-se observar que idade é um influenciador direto para o desempenho em todas as tarefas do MOCA e conseqüentemente demonstra que existem padrões para habilidades da cognição global que devem ser consideradas, isso já é firmado por muitas literaturas com na pesquisa (PLONER; GOMES; SANTOS, 2016) onde demonstrou habilidades cognitivas globais que pessoas adultos e idosos tem mais preservadas e afetadas. Em todas a literaturas encontradas sujeitos com fixas etárias acima 70 anos tiveram as menores pontuações e esses mesmo sujeitos foram os que tiveram mais notas zeradas em várias tarefas do MOCA, esses resultados se a semelham a pesquisa (FREITAS et al., 2009) que mostrou em seus resultados as tarefas no MOCA onde os idosos obtinham as menores pontuações, e o resultado padrão para um sujeito idoso.

A partir de um questionamento se a idade é realmente um influenciador direto para diminuição do aspecto cognitivo global, foi feito 4 subgrupos a partir dos grupos adultos jovens e adultos idosos, nessa divisão pode se notar o subgrupo adultos jovens com idade de 18 a 30 teve a melhor pontuação e nesse grupo foi onde também onde houve a maior quantidade de sujeitos que tiram a pontuação máxima porém a média do resultado total foi de 24, o subgrupo 31 a 58 anos de idade que pertencem ao grupo adultos idosos teve uma pontuação menor ao primeiro subgrupo de 18 a 30 anos com média total de 22.67 com um sujeito 1 com pontuação acima dentro dos padrões de normalidade, quando a média dos dois subgrupos pertencente ao grupo adultos idosos pode observar que estão a baixo dos padrões normalidade toda via varias sujeitos desse grupo tinham pontuação dentro dos padrões de normalidade ou pontuação máxima. Os subgrupos pertencente ao grupo adultos idosos de idade 59 a 85 anos, pode-se observar que o subgrupo de 59 a 66 teve uma média de 19.231 nesse subgrupo e a maior pontuação total foi 25 sendo o segundo subgrupo com menor pontuação, no subgrupo 67 a 85 anos teve média de pontuação total de 16.391 e a maior

pontuação nesse subgrupo foi de 17 pontos. Com os resultados observado que é claro que a idade é um dos maiores influenciadores para diminuição da cognição global, dessa formar o MOCA se um importante instrumento para dar o primeiro parecer de como pode estar no cognitivo de modo que cada faixa etária pode ter seu próprio padrão de resultado total, o que foi observado também na pesquisa (MELLA, 2018).

Nessa pesquisa foi procurado se o sexo poderia ser um fator associado ao desempenho no resultado do MOCA, o que não foi percebido quando analisado estatisticamente, por meio da média é possível observar que sujeitos do sexo feminino e sujeitos do sexo masculino tem resultados que assemelham-se, dessa formar pode-se questionar se por causa da mostra ser constituída na grande maioria do sexo feminino 79%, toda via não foi encontra nenhuma pesquisa que tenha como objetivo e verificar se há diferenças de resultados do MOCA decorrente ao sexo.

Pode-se observar que o fator escolaridade é um dos fatores que estão mais envolvidos no desempenho do resultado final, de modo que quando maior o grau de escolaridade maior a pontuação total no MOCA, ao total 4 dos sujeitos tiveram pontuação máxima que 2 tinham grau de escolaridade pós-graduação e esses, e os outros 2 sujeitos tinham grau de escolaridade superior incompleto, os 4 pertencentes ao grupo adultos jovens, o que levanta o questionamento o porquê sujeitos de grua de escolaridade inferior tiveram uma média geral maior e até mesmo sujeitos com pontuações máximas. Pode-se hipostenizar o fato que os 3 sujeitos que possuíam o grau de escolaridade tinham idade (43), (56) e (57) e como já foi visto aqui e em outras pesquisas tais como Brigola et al. (2018) e Holz et al. (2018) a idade é um dos fatores que mais influência nos resultados totais, e nessa perspectiva é possível que esse fator influenciou nos resultados desse grupo de grau de escolaridade. No grupo de adultos idosos foi possível verificar os sujeitos com grau de escolaridade superior completo foram os únicos que tiveram média total de resposta dentro do padrão de normalidade.

4 CONCLUSÃO

O MOCA é um instrumento relevante na realização da triagem. Este instrumento permite a distinção entre o desempenho de adultos jovens e adultos idosos, chama atenção também que o grau de escolaridade influenciou diretamente nos resultados totais de cada sujeito.

Dessa forma é possível afirmar que o MOCA é indicado para qualquer pesquisa, intervenção, terapia e etc. que necessite de uma resposta rápida de como está o cognitivo global do sujeito, voluntário, cliente ou paciente, para que assim toda e qualquer pesquisa, intervenção, terapia tenham uma direção mais focal e direcional.

REFERÊNCIAS

- BRIGOLA, A. G. *et al.* Descriptive data in different paper-based cognitive assessments in elderly from the community Stratification by age and education. **Dement. Neuropsychologia**, v. 12, p. 157-164, 2018.
- CECATO, J.F. *et al.* Discriminative Power of Montreal Cognitive Assessment. **JMED Research**, v. 2014, p. 1-10, 2014.
- COELHO, F. G. M. *et al.* Desempenho Cognitivo em diferentes níveis de escolaridade de adultos e idosos ativos. Revista **Brasileira de Geriatria e Gerontologia**, v. 15, p. 07-15, 2012.
- FREITAS, S.; L. *et al.* Importância do Rastreamento Cognitivo na População Idosa. Revista **Eletrônica de Psicologia, Educação e Saúde**, v. 1, p. 04-24, 2009.
- HOLZ, M. R. *et al.* A influência da idade e da escolaridade nas praxias construtivas do teste NEUPSILIN. **Avaliação Psicológica**, v. 17, p. 111-120, 2018.
- MELLA, Lucas Francisco Botequiro. **Queixas cognitivas na prática clínica: organização de um serviço de saúde para prevenção de demência e preditores clínicos de comprometimento cognitivo leve**. Dissertação (Mestrado em Ciências Médicas). – Faculdade de Ciências Médicas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2018.
- MIOTTO, E. C. Cognitive rehabilitation of neuropsychological deficits and mild cognitive impairment: A review of the literature. **Dement. neuropsychol.**, São Paulo, v. 2, n. 2, p. 139-145, jun. 2008.
- MORAIS-FABRÍCIO, Daiene de. **Prevalência da fragilidade no contexto brasileiro e desempenho cognitivo de idosos não frágeis, pré-frágeis e frágeis**. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2019.
- PLONER, K. S.; GOMES, M.; SANTOS, S. T. D. Metamemória no envelhecimento e os impactos promovidos pela Oficina de Memória. **Revista Brasileira de Ciências do Envelhecimento Humano**, v. 13, n. 2, 16 dez. 2016.
- SALA, G. *et al.* The Psychometric Properties of the Montreal Cognitive Assessment (MoCA). **Psyarxiv Preprints**, v. 4, p. 4-13, 2019.
- SARMENTO, A. L. R.; BERTOLUCCI, P.H.F ; WAJMAN, J.R . Brazilian portuguese version for the Montreal Cognitive Assessment (MoCA) and the preliminary results. **Alzheimer's & Dementia**, v. 4, p. t686, 2008.
- VIEIRA, L. G.; VILELA, R. L. Rastreamento de comprometimento cognitivo leve através do Montreal Cognitive Assesemnt (versão brasileira): estudo em idosos de uma estratégia de saúde da família do interior de Minas Gerais. Revista **Brasileira de Ciências Da Vida**, v. 6, p. 1-17, 2018.

Informações:
(98) 3471 1955
www.fapeduca.com